

FEAC

e a reinvenção
do social
pela atuação
em rede

José Pedro Soares Martins





José Pedro Soares Martins

FEAC

e a reinvenção
do social
pela atuação
em rede

NOTA DO AUTOR

Foi com enorme emoção que produzi este novo livro sobre a história da FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas. Eu já havia escrito dois títulos anteriores, por ocasião dos 40 e 50 anos da instituição, o que sempre me honrou muito. Mas agora é muito especial.

A FEAC tem passado por profundas transformações, aliás como já aconteceu ao longo de sua trajetória, sempre com o propósito de responder da melhor forma aos desafios de cada contexto histórico. Então, quando recebi o convite do Luís Norberto, foi com um sentimento de desafio, de tentar mergulhar fundo no que estava acontecendo para entender melhor e comunicar do modo mais adequado possível os novos roteiros que essa organização maravilhosa estava trilhando.

E tudo isso acontecendo em um momento singular na vida de todos nós. A pandemia de Covid-19 tem sido uma tragédia global, um desses cataclismos que balançam todos os pilares de uma civilização.

Pois foi justamente nesse cenário que a FEAC confirmou toda a sua solidez, o seu poder transformador, porque ancorada nos princípios mais nobres que a humanidade pode cultivar. Então não poderia ser diferente. Emocionei-me, e muito, ao longo desse percurso, do qual saio com a esperança renovada, com a certeza de que a FEAC continuará sendo uma luz inspiradora iluminando o empenho das pessoas que prosseguem acreditando em uma sociedade de fato justa e fraterna, que respeita a diversidade, está atenta e defende os direitos fundamentais da cidadania.

A FEAC E A REINVENÇÃO DO SOCIAL PELA ATUAÇÃO EM REDE

Confinamento em escala jamais vista, milhões de pessoas levadas para a pobreza extrema e, acima de tudo, mais de 1,8 milhão de mortos até o dia 31 de dezembro. (E já eram mais de 6,4 milhões em junho de 2022.)

O ano de 2020 foi desses que sacodem a história, que marcam inflexões em processos civilizatórios. Ano que transformou para sempre o curso da humanidade, pela eclosão da maior pandemia planetária em um século. Doze meses que derrubaram paradigmas e demandam séria reflexão e profundas mudanças de atitude.

A Gripe Espanhola, que assombrou o mundo entre 1917 e 1918, deixou um número maior de vítimas. Entretanto, a disseminação da Covid-19, classificada como pandemia em 11 de março de 2020 pela Orga-

nização Mundial da Saúde (OMS), tornou-se mais assustadora pela rapidez de sua propagação.

Em uma vida social e econômica globalizada, em poucos dias ou semanas o novo coronavírus chegou a todo lugar. E ninguém escapou. A cidade de Nova York, a mais rica do planeta, foi uma das mais atingidas na primeira onda da pandemia.

Com o tempo, as áreas de maior vulnerabilidade passaram a ser os principais alvos do Sars-CoV-2, mas, de fato, a crise sanitária atingiu todas as regiões, desenvolvidas ou não, e o interior de cada país, indiscriminadamente.

Neste cenário marcado pela multiplicação dos desafios já existentes, as organizações de investimento social privado tiveram que reinventar a sua atuação, a

sua dinâmica e, eventualmente, a sua cultura interna. Soluções tradicionais não davam mais conta de uma nova realidade, brutal e repleta de incertezas.

Em Campinas, cidade do interior de São Paulo, a Fundação FEAC, principal organização social local, não teve dúvidas. Reviu processos, intensificou a mobilização de parceiros, reforçou as tendências de mudanças que já vinham sendo implementadas na instituição e ampliou o investimento em programas e projetos executados de forma própria ou com outras organizações.

No ano em que viu sua receita declinar 47%, como uma das consequências da epidemia, a FEAC aumentou em 11% o investimento próprio em ações sociais. O volume investido em 2020 foi de R\$ 29 milhões, valor maior do que 250 municípios de São Paulo, o estado mais rico do país.

As iniciativas desenvolvidas pela FEAC, no primeiro ano da Covid-19, beneficiaram diretamente 80 mil moradores de Campinas, em sua imensa maioria de regiões de alta vulnerabilidade social. Somente a campanha Mobiliza Campinas, destinada essencialmente ao combate à fome, beneficiou 26 mil pessoas, identificadas nos territórios de vulnerabilidade social por um elenco de 65 organizações parceiras históricas da FEAC.

Mas como a Fundação FEAC chegou a resultados tão expressivos em um dos momentos mais críticos

da história da humanidade e, certamente, o mais instigante na trajetória de 58 anos da organização? Quais as chaves que explicam o sucesso do modelo inovador de ação social implementado pela FEAC desde a sua fundação, em pleno abril de 1964, o turbulento mês de chegada ao poder do regime militar, um modelo que permanece singular no país depois de 58 anos?

Com base na pesquisa em diversas fontes documentais e no depoimento de observadores privilegiados, todos protagonistas ativos na caminhada da instituição, este texto vai apontar alguns dos fatos e elementos que ajudam a entender o êxito alcançado pela fundação na maioria de suas iniciativas. O objetivo é tentar jogar algumas luzes sobre a rota traçada pela Fundação FEAC, de modo a provocar reflexão, questionamentos e sinalizar possíveis tendências para o período pós-pandemia, que continuará sendo marcado por desafios de grande magnitude. São oito capítulos, com as oito chaves que explicam a caminhada de sucesso da instituição e uma tentativa de projeção de futuro. Uma história com muitas camadas, um roteiro colorido por uma miríade de sonhos e ações muito concretas de transformação e afetos.



CAPÍTULO I

O LUGAR: SÓ PODIA SER NA VIBRANTE CAMPINAS DOS ANOS 1960

O engenheiro e advogado Eduardo de Barros Pimentel acordou ansioso em 14 de abril de 1964. Normalmente calmo, com uma tranquilidade que transmite de imediato a quem o conhece pela primeira vez, naquele dia tomou o seu café da manhã com um sentimento especial. Ele sabia que poderia ser uma data histórica para a sua vida e para toda a comunidade de Campinas, onde vivia, atuando como diretor da Bendix do Brasil.

Naquela manhã, a poucas horas de algo que já pres-



Prédio da Associação Comercial e Industrial de Campinas

sentia ser grande, desbravador, Pimentel se sentia como os navegantes ibéricos, que, nos séculos XV e XVI, a bordo de frágeis embarcações, se aventuravam pelos mares em busca de novos mundos. Como guias, brilhantes constelações em céus escuros, e como força motriz, a esperança de poder vislumbrar a utopia.

Pois as expectativas de Pimentel se confirmaram. Na noite daquela terça-feira, no prédio em estilo *art déco* da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), seria realizada a assembleia de criação oficial da FEAC – Federação das Entidades Assistenciais de Campinas / Fundação Odila e Lafayette Álvaro, fruto de uma mobilização liderada pelo paulistano, que tinha se apaixonado pela cidade vibrante e demonstrava ousadia em um momento crítico para o país.

Exatas duas semanas antes, o Brasil começava uma nova e triste etapa de sua história, com a deflagração do movimento militar que derrubou o presidente João Goulart e instaurou um ciclo de governos ditatoriais que permaneceria por 21 anos no poder. Em Campinas, uma semana antes, no dia 7 de abril, acontecia a versão local da Marcha da Família com Deus e pela Liberdade. A avenida Francisco Glicério, artéria central



Marcha da Família com Deus e pela liberdade, em Campinas.

Coleção APS - Arquivos
Pedro da Silva (V8) Centro
de Memória - Unicamp

da cidade, ficou abarrotada de pessoas aplaudindo o novo governo. Cálculos dos jornais da época indicaram que 70 mil pessoas participaram da marcha, o que correspondia a um terço dos cerca de 220 mil moradores de Campinas.

No mesmo dia do golpe militar, 1 de abril, a cidade já sentia nos ares as nuvens pesadas de um novo tempo político começando. Naquela data, partia do Aeroporto de Viracopos o avião Coronado 990, da Varig, que levaria o presidente deposto, João Goulart, do Rio de Janeiro para Brasília, antes de sua viagem para Porto Alegre, e de lá para o exílio no Uruguai.

Entretanto, a turbulência política que contaminava toda a sociedade brasileira não influenciou a determinação daqueles personagens, que tinham um objetivo muito claro em mente: fundar uma organização concebida para ser inovadora na ação social. Uma instituição singular, que rompia com os modelos clássicos de benemerência.

O ambiente não poderia ser mais propício e nem poderia ser outro. Desde a segunda metade da década de 1950, Campinas vivia uma fase de enorme dinamismo e criatividade, confirmando na prática a vocação da cidade para a inovação, para o que hoje é chamado de empreendedorismo.

A criação da FEAC foi uma das várias iniciativas que ajudaram a projetar Campinas exatamente como uma

cidade criativa, arrojada. Outra delas, que aconteceu em paralelo, foi a fundação da Unicamp. E, não por acaso, alguns dos atores da mobilização que resultou na FEAC, como o próprio Eduardo de Barros Pimentel, tiveram participação ativa no movimento que resultou na Universidade Estadual de Campinas.

O movimento pela criação da Unicamp começou com uma série de artigos no Diário do Povo, na segunda metade da década de 1940, pedindo a criação de uma Faculdade de Medicina em Campinas. A campanha alcançou enorme repercussão, avançou com o apoio da Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas e deslanchou com o suporte do Conselho de Entidades de Campinas, que reunia as principais organizações locais.

O conselho era liderado pelo presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), Ruy Rodriguez, um dos nomes mais importantes da história social local e que contribuiria muito para a criação da FEAC. Eduardo de Barros Pimentel foi um dos presidentes do Conselho de Entidades e da comissão criada no órgão pela criação da Faculdade de Medicina, tendo atuado nos momentos decisivos para a conquista da antiga reivindicação campineira.

Curiosamente, uma das pessoas que, inicialmente, se posicionou contra a criação da Faculdade de Medicina em Campinas foi Zeferino Vaz, com o argumento de que a cidade era muito próxima da capital. Ele defendia,

então, a criação da faculdade em Botucatu, equidistante de Ribeirão Preto, onde já havia sido fundada uma instituição de Medicina.

Depois de idas e vindas, a Faculdade de Medicina de Campinas teve seu funcionamento autorizado, afinal, em 1963, como primeira unidade da Universidade de Campinas, criada pela Lei Estadual 7.655, de 28 de dezembro de 1962, sancionada pelo governador Carlos Alberto Carvalho Pinto.

Uma Comissão Organizadora encarregada de instalar a universidade foi criada em 11 de setembro de 1965, pelo Conselho Estadual de Educação, sendo composta por Zeferino Vaz (presidente), Paulo Gomes Romeo e o oftalmologista Antônio Augusto de Almeida, que depois daria o nome para uma instituição educacional para adolescentes em situação de conflito, mantida com apoio da FEAC. Almeida foi o primeiro diretor da Faculdade de Medicina, primeira unidade da Unicamp, que teve o fisiologista Cantídio de Moura Campos como primeiro reitor.

Em 5 de outubro de 1966, foi lançada a pedra fundamental da universidade, na gleba de 30 alqueires doada por João Adhemar de Almeida Prado. Esta é a data considerada oficialmente como a de fundação da Unicamp.

Inicialmente, a Unicamp funcionou em instalações precárias e temporárias, em prédios da Maternidade de Campinas, da Santa Casa de Misericórdia e no

antigo casarão de Bento Quirino, na rua Culto à Ciência. O casarão, onde funcionou, desde 1918, a Escola Industrial Bento Quirino, foi o último projeto assinado em Campinas pelo arquiteto Francisco de Paula Ramos de Azevedo.

A instalação provisória da Faculdade de Medicina, primeira unidade da nova universidade, na Maternidade de Campinas também se deve à intervenção de Eduardo de Barros Pimentel. Como líder da comissão criada no Conselho de Entidades para alimentar a campanha pela faculdade, Pimentel foi um dia surpreendido pelo governador Carvalho Pinto:

– Eu não vou lhe dar uma faculdade, mas uma universidade.

Mas, logo em seguida, o governador apresentou uma condição:

– A universidade será criada se você conseguir um local imediato para a instalação da Faculdade de Medicina.

Carvalho Pinto tinha receio de que, se a faculdade já não tivesse sido instalada de forma concreta em um espaço adequado em Campinas, o processo poderia sofrer alguma descontinuidade no governo seguinte. Pimentel não teve dúvidas em buscar uma solução, que teve a concordância do governador.

Pimentel havia integrado uma comissão de apoio à construção das novas instalações da Maternidade de Campinas na avenida Orosimbo Maia. Anteriormente,

a instituição havia funcionado no prédio que depois abrigaria a estação rodoviária.

Nessa condição, Pimentel apresentou à diretoria da maternidade a ideia de instalação provisória da Faculdade de Medicina da Unicamp nos últimos andares do novo prédio, com o argumento:

– Campinas contribuiu muito com a construção da nova maternidade. Agora é a vez de a maternidade retribuir, recebendo provisoriamente a Faculdade de Medicina.

E assim foi feito. Por algum tempo, a Faculdade de Medicina da nova Universidade Estadual de Campinas funcionou na maternidade, que depois viria a ser uma das primeiras instituições filiadas à Fundação FEAC.

Instalada a Unicamp, sobressaiu o gênio de Zeferino Vaz. Nomeado terceiro reitor da nova universidade (depois de Moura Campos e Mário Degni), ele se empenhou de corpo e alma para tornar a instituição um modelo científico. Trouxe vários pesquisadores estrangeiros e nomes de peso, como o físico César Lattes, que por pouco não havia recebido o Prêmio Nobel por suas pesquisas sobre partículas subatômicas.

Desta forma nascia a Unicamp, com muitos nomes ligados à história da FEAC em sua trajetória. Além dos já citados, um dos primeiros professores da Faculdade de Engenharia, que funcionou provisoriamente no prédio do Edifício Bento Quirino, foi Edmir Bertolaccini, um

futuro presidente da Diretoria Executiva da FEAC e do Conselho Curador.

E quem foi um dos responsáveis pela confirmação de Zeferino Vaz como terceiro reitor da nova universidade? Justamente Eduardo de Barros Pimentel, que indicou o nome para o governador Ademar de Barros e também convenceu Zeferino a aceitar o cargo. Em função de sua posição inicial, contrária à criação da Faculdade de Medicina em Campinas, Zeferino estava reticente em assumir a reitoria. Com sua forte inclinação para o diálogo, sempre com argumentos apresentados com leveza e firmeza ao mesmo tempo, Pimentel teve sucesso em seu gesto, e o resto é história. Sob o seu terceiro reitor, a Unicamp confirmou sua vocação para o brilho.

A dinâmica implantada no Conselho de Entidades para impulsionar o movimento pela criação da Faculdade de Medicina criou um clima propício para novas campanhas inovadoras em Campinas, como aquela que resultou na FEAC. Havia, de fato, uma atmosfera cultural de abertura ao novo, de busca de novos horizontes, naquela década de 1960, que foi globalmente marcada por grandes transformações de paradigmas.

Outra iniciativa que foi um reflexo perfeito daquele momento cultural feérico da cidade foi o movimento que resultou na criação do Museu de Arte Contemporânea de Campinas (MACC) e nos Salões de Arte Con-

temporânea de Campinas (SACs).

A criação de um Museu de Arte Contemporânea vinha sendo reivindicada pelo Grupo Vanguarda, cujo manifesto de lançamento foi publicado no *Jornal do Centro de Ciências, Letras e Artes*, em junho de 1958, mesmo ano de criação da Fundação Odila e Lafayette Álvaro, como veremos logo a seguir.

Compunham o Grupo Vanguarda artistas inconformados com a arte acadêmica, tradicional, até então dominante na cidade. Guardadas as devidas proporções, esses artistas fizeram o que os impressionistas provocaram no final do século XIX, na França.

Thomaz Perina, Geraldo de Souza, Maria Helena Motta Paes, Francisco Biojone, Raul Porto e Geraldo Jurgensen eram alguns componentes do Grupo Vanguarda, cujas ações estremeceram as bases convencio-

nais das artes plásticas campineiras.

Como consequência inevitável, veio a criação do Museu de Arte Contemporânea de Campinas (MACC), em setembro de 1965. Inicialmente, ele funcionou junto à Secretaria da Cultura, em um prédio que hoje é ocupado pela Câmara Municipal.

No mesmo ano de 1965, foi realizada a primeira edição do Salão de Arte Contemporânea de Campinas, um evento que alcançou fama nacional e que, ao longo do tempo, contou com a participação de nomes que se tornariam emblemáticos na arte contemporânea brasileira, como Mira Schendell, Rubem Valentim, Sérgio Camargo, João Câmara, Tomie Otake, Mário Bueno, Antonio Henrique Amaral, Franz Weissman, Amílcar de Castro, Humberto Espíndola, Nelson Leirner e Maria Leontina.

Inconformismo, insatisfação, desejo pelo novo, tudo o que o Salão de Arte Contemporânea de Campinas representava, concomitantemente com o dinamismo e a ânsia por mudanças que levaram à criação da Unicamp, espelhavam o terreno fértil para novas ideias, onde brotou o grande sonho de um novo modelo de ação social: a Fundação FEAC.

No caso, os idealizadores e materializadores do sonho chamado FEAC agiram como perfeitos artistas. Pintores que, diante de uma tela em branco, ousaram lançar novas cores em um formato de ação social que



Museu de Arte Contemporânea de Campinas

não correspondia mais às reais demandas de uma sociedade em rápida transição. Escultores que, com a mão no barro, esculpiram uma obra que se revelaria sólida e inspiradora para novas gerações.

Assim era a Campinas dos anos 1960, quando apareceram alguns dos ingredientes que a projetaram nos planos nacional e internacional. Unicamp, MACC, Salão de Arte Contemporânea, FEAC, mas também o Aeroporto Internacional de Viracopos, inaugurado em 19 de outubro de 1960 e que, ao longo do tempo, se consolidaria como o principal aeroporto de transporte de cargas do país. A cidade, que já se havia conectado com o mercado internacional através das ferrovias movidas a café no final do século XIX, agora estava, literalmente, pronta para voar. E voou muito na “Década da Invenção”.



Aeroporto Internacional de Viracopos

CAPÍTULO II

OS PROTAGONISTAS: HUMANISTAS COM ESPÍRITO PÚBLICO

Uma carta e um telefonema foram as formas de comunicação que levaram a decisões que resultaram na criação da Fundação FEAC, naquela noite de 14 de abril de 1964. Participando dessas decisões, humanistas com espírito público que se tornaram presença regular na trajetória da instituição e cujo compromisso com a comuni-



Lafayette e Odila

dade ajuda a explicar o êxito do novo modelo de ação social iniciado naquele momento crítico para a vida brasileira.

Vamos retornar um pouquinho no tempo, antes de chegar à assembleia formal de fundação da FEAC. Estamos agora no ano de 1958, no casarão da Fazenda Brandina, onde mora o casal Lafayette Álvaro de Souza Camargo e Odila Egídio Souza de Santos Camargo. Ambos descendentes de famílias pioneiras no cultivo comercial do café, o ouro negro que fez a riqueza de Campinas no final do século XIX, eles não tinham filhos e há muito se dedicavam a causas sociais.

Lafayette havia sido prefeito nomeado de Campinas, em 1941. Entre outras ações de filantropia, foi um dos responsáveis, junto com o amigo fazendeiro Estanislau Ferreira de Camargo, pela construção de uma vila operária no bairro do Cambuí. Lafayette estava preocupado com a proliferação de cortiços na região central da cidade, onde muitas pessoas viviam em condições subumanas. O empreendimento foi batizado de Vila Estanislau.

Sua prima e esposa, Odila, também tinha inclinação para questões sociais. Quando o marido era gerente da Usina Ester, em Cosmópolis, entre 1926 e 1936, ela foi professora da Escola Feminina, que funcionava naquela propriedade rural. Juntos, o casal

Odila e Lafayette Álvaro e o proprietário da Usina Ester, Paulo de Almeida Nogueira, atuaram em diversas ações de solidariedade, como a distribuição de doces e brinquedos para 220 crianças moradoras próximas à Fazenda Brandina, na Páscoa de 1935. Detalhes preciosos do relacionamento muito próximo com Lafayette foram registrados por Paulo de Almeida Nogueira no livro *Minha vida*, um rico diário que documenta fatos relevantes para a história de Campinas e região entre as décadas de 1920 e 1940.

Ao deixar o cargo na Usina Ester, Lafayette passou a se dedicar integralmente às três propriedades rurais que tinha em Campinas com a esposa Odila. Eles passaram a viver no casarão da Fazenda Brandina, um imóvel que se tornaria lendário por sediar múltiplas ações ligadas à história da FEAC.

É neste casarão, que ainda mantém características muito próximas de sua construção original, que Lafayette e Odila receberam, em meados de 1958, o amigo Mario Altenfelder Silva. Médico renomado em São Paulo, Altenfelder exerceria funções relevantes na promoção social nas décadas de 1960 e 1970, como a presidência da Fundação Nacional para o Bem-Estar do Menor (Funabem).

Entre os pontos da conversa, que se estendeu por horas, uma ideia que povoava a mente de Lafayette e da esposa Odila: a criação de uma fundação cujos

recursos seriam destinados a financiar ações em benefício, sobretudo, de crianças de famílias de baixa ou sem nenhuma renda. O diálogo causou forte impressão em Mario Altenfelder, que, dias depois, de sua residência na alameda Cleveland, 601, nos Campos Elíseos, em São Paulo, enviou carta escrita do próprio punho ao casal campineiro.

Na carta, Altenfelder confessa ter ficado comovido ao “ver nesse casal qualidades bem acima da mediocridade humana”, com uma maneira “de olhar o futuro e trabalhar para ele, orgulhosos de um passado construtivo que, longe de asfixiá-los numa lembrança longínqua, se transforma numa força propulsiva levando-os à frente numa estupenda ânsia de progredir e encorajando gerações inteiras à conquista de um ideal de valoroso trabalho”.

Referindo-se ao fato de o casal não ter filhos, Altenfelder salienta ter a convicção de que “Deus em sua infinita bondade concedeu-lhes uma graça especial, dada a pouca gente, a graça de poder, no coração, ver em cada criança um filho ou uma filha”. E continua, em um trecho da carta que, lido hoje, à distância, soa como um verdadeiro programa de ação para a futura Fundação FEAC – Fundação Odila e Lafayette Álvaro:

– Ele (Deus) os fez instrumentos seus. Reservou-os para uma tarefa por demais nobre – cuidar dos

que precisam; agasalhar os que têm frio; alimentar os que têm fome; instruir os ignorantes; tornar firmes os que hesitam, preparando-os para o amanhã de nossa terra; amar aqueles que nunca tiveram amor! Que missão sublime!

Na continuação, Altenfelder confessa ter sido tomado “de um entusiasmo tão grande diante de seu programa que, quando dei por mim, já tinha escrito estas linhas. Tome o que faço como um gesto amigo de quem deseja ver realizada uma obra de tão longo alcance”, conclui.

Para muitos construtores da FEAC, essa carta foi fundamental para o casal Odila e Lafayette Álvaro consolidar a sua decisão de criar uma instituição de apoio a causas sociais em Campinas. E assim de fato ocorreu, com a criação a 16 de outubro de 1958 da Fundação Odila e Lafayette Álvaro.*

Naqueles mesmos dias em que estavam sendo mantidos os entendimentos pela criação da Fundação Odila e Lafayette Álvaro, corriam a campanha pela Faculdade de Medicina e outras iniciativas do Conselho de Entidades de Campinas. Como líder do conselho, outro personagem importante na trajetória da FEAC: Ruy Rodriguez.

Rodriguez foi uma das principais lideranças locais entre as décadas de 1950 e 1960, quando ocorreu um expressivo crescimento demográfico e urbano de Campinas. A população saltou de 152.547 habitantes, em 1950, para 219.303, em 1960, e para 375.864, em 1970. A população dobrou em duas décadas, ratificando a vocação metropolitana da cidade.

Esse período, em que a cidade se projetou como importante polo industrial, coincidiu com os 12 anos de gestão de Ruy Rodriguez na Associação Comercial. Foi sob a sua gestão que a associação passou a incluir “Industrial” em sua nomenclatura.

Ruy Rodriguez era o espelho da efervescência que a cidade vivenciava naquele momento. Nascido em 6 de julho de 1913, era filho de Eleutério, nascido na Espanha, e Maria Olimpia. Casados em Pedreira, Eleutério e Maria Olimpia vieram morar em Campinas, onde Eleutério foi um dos pioneiros da telefonia, junto com o pai José e o irmão Olympio.

O espírito empreendedor de Eleutério foi transmitido a Ruy, o sétimo de onze filhos. No início de 1954, ele assumiu a presidência da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC). Entre os membros de sua diretoria, um amigo pessoal,

* Ver mais sobre a criação da Fundação Odila e Lafayette Álvaro no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Donato Paschoal, outro grande espírito empreendedor, que daria nome a uma fundação com estreita ligação com a história da FEAC a partir da década de 1990.

Sob a gestão de Ruy Rodriguez, a ACIC teve um grande crescimento e consolidou seu protagonismo na vida econômica e social local. A decisão do presidente de incluir “Industrial” no nome da organização era consequência inevitável do novo cenário econômico da cidade e da região.

Campinas havia recebido a Singer do Brasil e a Duratex, em 1951; a Pirelli, a Hiplex e a IBRAS/CBO, em 1953; e Robert Bosch, em 1954. Na região, nesse período, foram instaladas a Rigesa e a Clark, em Valinhos; a Chicago Bridge, em Paulínia; a 3M, a IBM e a Wabco, em Sumaré.

Uma das pioneiras nesse processo foi a Bendix do Brasil, inaugurada em 1950, em Campinas. Um dos seus primeiros diretores foi Eduardo de Barros



Casarão FEAC

Pimentel, que logo se integrou à vida social local como membro do Rotary Club Norte e também diretor do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp).

Pimentel também se tornaria membro atuante de outra importante iniciativa de Ruy Rodriguez, a criação do Conselho de Entidades de Campinas, em 1955. O conselho era integrado pelas principais organizações sociais da cidade: os três Rotary Clubs, os dois Lions Clubs, a própria ACIC, a delegacia do Ciesp, o Clube dos Engenheiros, a Sociedade de Medicina e Cirurgia de Campinas (SMCC) e várias outras entidades representativas de profissionais.

Foi no Conselho de Entidades, idealizado por Ruy Rodriguez, que Eduardo de Barros Pimentel encontrou o terreno fértil para a ideia de um novo modelo de ação social em Campinas.

Um marco relevante foi a nomeação, em 1961, de Pimentel como membro da Comissão de Serviços à Comunidade do Rotary Club Campinas Norte. Insatisfeito com o que estava vendo em termos de ação social na cidade, praticada ainda em um modelo de filantropia pura, que considerava louvável, mas insuficiente para responder às demandas de uma sociedade em rápida metamorfose, ele aproveitou a capilaridade da rede de contatos do Rotary Internacional para conhecer experiências praticadas

em outros países. A participação na campanha de apoio à construção da nova Maternidade de Campinas alimentou a percepção de Pimentel sobre as limitações de recursos das entidades sociais locais.

Em sua pesquisa internacional, dois formatos chamaram a atenção de Pimentel: o United Fund (Fundo Unido) e o Community Chest (Caixa Comunitária), desenvolvidos nos Estados Unidos, onde a ação social comunitária e voluntária se destacava, por exemplo, frente à atuação mais forte do Estado em países europeus como a França e os escandinavos.

O Fundo Unido arrecadava as contribuições encaminhadas ao longo do ano pelos moradores das comunidades para serem destinadas a ações sociais. Esse modelo facilitava o investimento em projetos prioritários e também evitava a duplicação de esforços.

A Caixa Comunitária, por sua vez, era, essencialmente, uma forma de unir esforços, articulando lideranças e organizações de comunidade em torno de objetivos comuns.

Uma experiência semelhante, com as cores locais, campineiras, passou a ser discutida por Pimentel com os demais membros do Conselho de Entidades de Campinas a partir de 1962, mesmo ano da criação oficial da Unicamp.

Aos poucos, o conselho se tornou o fórum decisivo de mobilização, com a promoção de divulga-

ção para a imprensa, de debates específicos com os diferentes segmentos sociais e o poder público e a sensibilização das empresas, nacionais ou estrangeiras, com plantas na cidade e região.

Com a sua liderança consolidada na ação social, Pimentel foi convidado a assumir a presidência da representação local da Legião Brasileira de Assistência (LBA), outra instituição que teria papel expressivo na estruturação da Fundação FEAC.

Na presidência da LBA, e participando de uma reunião do Conselho de Entidades na ACIC, Pimentel conheceu outro grande nome da história da Fundação FEAC, o advogado Darcy Paz de Pádua. Desde então, os dois se tornaram as grandes referências na discussão do pretendido modelo inovador de ação social na cidade que sonhava alto.

Professor na Faculdade de Serviço Social da PUC-Campinas, membro ativo, como vimos, do Partido Democrata Cristão, Darcy Paz de Pádua era a perfeita tradução do mesmo espírito humanista, dedicado ao bem comum. Membro do Lions Club, Pádua também tinha forte atuação no meio empresarial, como diretor da Construtora Freitas Barros S/A. Sua esposa, Lucia Bierrenbach de Castro Pádua, de tradicional família campineira, era o seu porto seguro, uma das explicações para o seu grande entusiasmo pelas causas sociais na cidade.

A quatro mãos, Eduardo de Barros Pimentel e Darcy Paz de Pádua redigiram a proposta dos estatutos da nova organização social sonhada para Campinas. E foram muitas as propostas de nomes, como Federação de Assistência Social, Associação ou União das Entidades Assistenciais.

As ideias quase definitivas da nova organização foram apresentadas pelo grupo de trabalho criado no Conselho de Entidades e coordenado por Pimentel e Pádua em reunião na ACIC, em 20 de janeiro de 1964.

Nessa reunião, foram constituídas 20 comissões para tratar dos vários aspectos da nova organização: a arrecadação de fundos, a relação com a imprensa e a comunidade, a coordenação geral e outras áreas específicas de atuação das entidades sociais de Campinas, no atendimento a crianças e adolescentes, a idosos, na atuação dos hospitais etc.

Começava, de fato, o trabalho de preparação da pretendida organização inovadora de ação social na cidade, pensada para unir esforços e arrecadar fundos. Mas um episódio inesperado para os líderes da mobilização acabaria acrescentando uma nova tinteira, um novo *design*, na arquitetura do que seria a futura Fundação FEAC.

Na volta de uma viagem à Argentina, a serviço da Bendix, Eduardo Pimentel recebeu um telefone-

ma de Lafayette Álvaro, convidando para um café e uma conversa. A proposta que o fazendeiro e ex-prefeito de Campinas apresentaria foi uma surpresa para Pimentel.

Manifestando apoio integral ao movimento em curso na cidade, envolvendo diversos segmentos, o proprietário da Fazenda Brandina propôs a união entre a nova organização e a Fundação Odila e Lafayette Álvaro e, como consequência, o repasse para a instituição nascente do patrimônio da fundação, no caso a própria fazenda, cujo uso poderia ser efetivado após o falecimento do casal.

Como condição única apresentada por Lafayette, que a primeira diretoria da nova organização social fosse composta pelos membros da direção da fundação criada por ele e pela esposa. A proposta foi aprovada pelos responsáveis pela futura federação e também pelos membros do Conselho da Fundação Odila e Lafayette Álvaro.

No dia 14 de abril de 1964, o histórico edifício da ACIC sediava, após uma aprofundada discussão envolvendo toda a comunidade local, a assembleia que marcaria a oficialização da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas – FEAC / Fundação Odila e Lafayette Álvaro, com a integração dos estatutos das duas instituições.

De acordo com o desejo de Lafayette, o presiden-

te da diretoria provisória da FEAC era Edmundo Barreto, que presidia a direção da Fundação Odila e Lafayette Álvaro. Eduardo de Barros Pimentel foi nomeado o primeiro vice-presidente, e Darcy Paz de Pádua, o segundo vice. A diretoria provisória tomou posse em 27 de abril de 1964, e, a partir daí, coordenou os trabalhos de instalação da FEAC até a eleição da primeira diretoria definitiva, dois anos depois.

Dois artigos dos estatutos da Fundação FEAC chamavam a atenção e foram determinantes para reger os rumos da instituição. Um deles acentuava que a prioridade da organização seria o trabalho em benefício das crianças em situação de pobreza. O outro, que a FEAC, como forma de estímulo à adesão de novos sócios, acrescentaria 20% ao que as entidades arrecadassem junto à comunidade.

Esta proporção foi mantida até o início do século XXI, em uma medida que reforçou o elo de ligação das entidades sociais com a nascitura federação.

O prédio da ACIC, que sediou a assembleia de fundação oficial da FEAC, foi inaugurado em 1942 e consagrou o estilo *art déco* na região central de Campinas. O *art déco* é caracterizado pelo uso de linhas verticais, reforçando a percepção de que a altura do edifício em questão era ainda maior, e pela predominância da razão, do funcional, sobre os adornos, os adereços. Esse estilo arquitetônico era

o preferido pela classe social emergente nas décadas de 1940 e 1950, quando o comércio e a indústria se sobrepunham em definitivo aos fazendeiros do café que haviam apoiado a instauração da República, no final do século XIX.

De certo modo, era o cenário perfeito para o parto da Fundação FEAC, desde o início uma instituição com atuação racional, fundamentada em planeja-

mento e profissionalismo, que não compactuava com a filantropia, por vezes, meramente ornamental. E era a expressão de uma nova forma de ação social, baseada em uma cidadania ativa, no lugar da benemerência fundamentada somente na doação passiva. Com o protagonismo de vários humanistas, a Fundação FEAC estava pronta para descortinar novas fronteiras para a ação social em Campinas.



Dr. Darcy Paz de Pádua em cerimônia no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia, inaugurado em 1985.



Dr. Eduardo Pimentel, na etapa de mobilização da comunidade antes da criação da FEAC.



Cenas da inauguração da sede própria da FEAC na Vila Brandina.



Momento histórico de doação da Fazenda Brandina para a FEAC.

CAPÍTULO III

RAÍZES COMUNITÁRIAS: A FORÇA DAS ENTIDADES

Lançadas em terreno fértil, em uma cidade grávida do novo, que dava à luz uma experiência que mais de cinco décadas depois permanece única no cenário da ação social e do investimento social privado no Brasil, as sementes da Fundação FEAC germinaram com base em ideias e atos de humanistas comprometidos com o bem público. Mas, para que tivesse uma trajetória vitoriosa, foi essencial que a instituição tivesse sólidas raízes fincadas na comunidade, no caso, nas entidades sociais que eram a própria razão de sua existência.

Concluído o processo preparatório, com a assembleia de fundação na ACIC, os coordenadores da mobilização intensificaram a etapa de sensibilização da comunidade, sobre a importância da unificação dos

esforços das entidades sociais. Em todas as oportunidades que tinha, Eduardo Pimentel salientava que a adesão à federação não implicava em perda da autonomia das organizações.

Como parte da estratégia de filiação, foi intensificada uma campanha de arrecadação de fundos, coordenada por uma comissão composta por nomes expressivos da comunidade campineira, em mais um esforço para demonstrar a união da cidade em torno da iniciativa. Participavam da comissão o próprio Lafayette Álvaro; o arcebispo de Campinas, d. Paulo de Tarso Campos; o diretor do fórum, juiz João Mendes; o presidente da Câmara Municipal, vereador Romeu Santini; os comandantes do 1º BCCL e do 8º BC, coronel Zimmerman e tenente-coronel Caio Campos Montes, respectivamente; o gerente do Banco do Brasil, Armando Bastos; o delegado regional do Ciesp, Modesto de Camargo; o presidente do Centro Kennedy, Antonio Orlando; e o delegado de polícia, Aristides Lopes Monteiro.

Em função do trabalho bem planejado e persistente da comissão de arrecadação, logo apareceram as primeiras doações empresariais ao Fundo Unido da FEAC. A primeira a contribuir foi a própria Bendix do Brasil, dirigida por Eduardo Pimentel, uma doação de 5 milhões de cruzeiros anuais, em parcelas mensais. O próprio presidente da Bendix, George



Inauguração da sede própria, no dia 11 de dezembro de 1976. Cada um dos representantes das entidades filiadas plantou uma árvore na área externa da sede.

Philipi, passou a integrar o Conselho de Contribuintes da FEAC. Os outros dois conselhos formados no momento de constituição da federação foram o deliberativo, composto por pessoas indicadas pelo casal benemérito, e o de administração, formado por representantes das entidades filiadas.

As empresas Curtume Cantusio, Merck Sharp & Dohme, 3M, Clark, Tema Terra e IBAF vieram em seguida, na fila de doações. E, com o avanço da campanha de arrecadação, rapidamente surgiram os primeiros pedidos de filiação à federação. A primeira solicitação foi do Instituto dos Cegos Trabalhadores, encaminhada oficialmente à reunião da diretoria executiva em 12 de novembro de 1964.

Um mês depois, em 10 de dezembro, em uma grande reunião pública, de novo na sede da ACIC e com ampla presença da comunidade, foi reforçada a divulgação dos objetivos da iniciativa. Também foram apresentados, pela assistente social Dirce Marcondes, da LBA, os primeiros resultados que já tinham sido alcançados pela FEAC – Fundação Odila e Lafayette Álvaro. Dirce respondia provisoriamente, como voluntária, pela direção do recém-criado Departamento de Serviço Social, o primeiro da nova Federação de Entidades. Sob a direção de Eduardo Pimentel, a representação local da LBA deu total apoio à FEAC, tendo cedido um espaço em sua sede para a sede provisória da federação.

Em fevereiro de 1965, a FEAC tinha as suas primeiras entidades filiadas: as creches Bento Quirino, Madre Anastácia e Maria Luiza Hartzler, a Casa dos Menores e o Instituto Paulista Adventista de Educação e Assistência Social. Até 1966, seriam 17 entidades filiadas, somando 51.934 pessoas atendidas.

Começava, na prática, a Rede FEAC, composta pelas entidades filiadas e que seriam o universo central de atuação da instituição. Uma rede caracterizada, desde o início, pela unidade na diversidade, pelas diferentes origens do conjunto de organizações e pelos distintos segmentos.

A argamassa que tem sustentado a FEAC em seus mais de 50 anos é a explosão de afetos que ela desencadeia, ao



Creche Bento Quirino

tocar o coração; é a solidez de amizades jamais desfeitas, e uma delas está no chão acolhedor de uma das ações históricas da instituição, a amizade entre duas Marias, ambas assistentes sociais: Maria Aparecida Souza Pinto, a Cidinha, e Maria José Mangilli, a Zeza.

Com o *feeling* de assistentes sociais, que captam no ar, com suas antenas ligadíssimas, as reais demandas, os anseios mais profundos da população, as duas Marias conceberam o primeiro projeto social da FEAC, uma iniciativa que ajuda a compreender como o enraizamento na comunidade, uma das chaves para entender a trajetória de sucesso da instituição, não aconteceu somente em função da rede de entidades filiadas, que eram a própria razão de ser da instituição no momento de sua criação.

Isso ficou evidente no Programa de Educação de Base – Projeto Clube de Mães, a ideia lançada por Cidinha e Zeza depois de muita conversa, muitos cafés e risadas, marcas constantes no cotidiano de quem já trabalhou na organização.*

Motivação, outra palavra mágica para ajudar a entender o novo roteiro escrito na ação social em Campinas, desde a criação da Fundação FEAC, sempre com

* Ver mais sobre o Projeto Clube de Mães no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolio-Cats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.

estreitos laços com a comunidade.

E motivação é o que não falta no Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia, um dos bairros que simbolizam o enorme crescimento demográfico de Campinas a partir das décadas de 1960 e 1970 e “depois da Anhanguera”, como é conhecido o território ao sul e oeste da cidade, que se tornou o mais populoso no município.

A agenda é lotada. Crianças e adolescentes circulam pela instituição, participando de atividades do



Eduardo de Barros Pimentel

Centro de Convivência ou do Projeto Câmera na Mão, Ideia na Cabeça, que promove a capacitação para a produção audiovisual com o uso de drones. Idosos, por sua vez, participam de diversas oficinas, de dança, música, artesanato, teatro. O convívio intergeracional é, inclusive, uma das linhas mestras do projeto socioeducativo do Centro Comunitário do



Jardim Santa Lúcia, que manteve intensa programação *on-line* durante a pandemia.

Essa efervescência é resultado de uma ação patrocinada pela FEAC no final da década de 1970, em mais um exemplo da vocação comunitária da instituição.*

Muitas outras organizações nasceram ou se fortaleceram com o apoio da FEAC, que assim nutriu sólidas raízes comunitárias ao longo de toda a sua trajetória. Um claro exemplo é o do Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação (ISA), criado oficialmente em 25 de agosto de 1994, no momento em que todo o Brasil discutia a Campanha contra a Fome proposta pelo sociólogo Herbert de Souza, o Betinho.

A FEAC já tinha protagonizado ações semelhantes. Em 1968, a convite do Centro Regional do Serviço Voluntário Internacional, foi a condutora, em Campinas, da Campanha Mundial contra a Fome, lançada naquele ano pela Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO). No Brasil, a iniciativa, que emergiu no ano de grande mobilização jovem em todo o planeta, recebeu o nome de Campanha da Juventude contra a Fome.

* Ver mais sobre o processo de criação do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.







Em Campinas, a FEAC mobilizou a participação de jovens voluntários.

Em 1994, com o tema novamente em pauta com força total, a FEAC participou de dois projetos. Em um deles, a campanha “Dê trabalho, demita a fome”, liderada pela prefeitura, mobilizou empresas e várias organizações sociais. E o outro foi a ativa inserção no movimento que resultou no ISA – Instituto de Solidariedade para Programas de Alimentação.*

Desta maneira, em 2020 e 2021, quando a Fundação FEAC desenvolveu várias iniciativas de cunho comunitário, no cenário dos múltiplos desafios impostos pela pandemia, ela apenas respondeu a algo que está em seu DNA e ajuda a explicar seu prestígio.

Foi o caso da campanha Mobiliza Campinas, que a FEAC liderou, visando a segurança alimentar das populações mais vulneráveis durante a pandemia. Em 2020, mais de 6.300 famílias em situação de vulnerabilidade social foram beneficiadas pela Mobiliza Campinas. As famílias foram identificadas com o apoio de 65 organizações da sociedade civil que atuam nas regiões de maior vulnerabilidade social e também de maior risco para a Covid-19.

Considerando a necessidade de diminuir os riscos de contaminação e buscando garantir a autonomia das pessoas na escolha dos seus alimentos, foram distribuídos cartões de alimentação que podiam ser usados no comércio local. Os cartões foram distribuídos com o suporte e monitoramento das organizações parceiras.

Em janeiro de 2021, no momento em que começava o agravamento da crise sanitária, com uma nova onda da pandemia, a FEAC lançou a campanha Mobiliza Campinas II, que mobilizou vários segmentos e organizações e resultou no apoio a milhares de famílias de áreas socialmente vulneráveis, em novas iniciativas em sintonia com a trajetória da FEAC, de fortes raízes comunitárias.

O trabalho de alcance comunitário, uma das razões para o sucesso da trajetória da FEAC, já ultrapassou fronteiras várias vezes, como no caso da participação do núcleo de voluntariado da Unesco. Outra ação que pode ser citada é o apoio que a FEAC deu à Fundação para o Desenvolvimento da Comunidade, dirigido por Graça Machel em Moçambique, em projetos de combate à AIDS naquele país africano.

* Ver mais sobre o processo de criação do ISA no Volume 1 da Série Tecnologia Social: **ISA: Parcerias e criatividade no combate à fome**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/tecnologia-social-isa-parcerias-e-criatividade-no-combate-a-fome-volume-1-2/?portfolioCats=3104>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Em Campinas, a FEAC já dava apoio histórico às ações do Centro Corsini, que, sob a liderança da médica Silvia Bellucci, se destacou em ações de cuidados às vítimas do HIV-AIDS. Em razão desse suporte histórico, a FEAC foi convidada a participar de discussões sobre o enfrentamento à doença em território moçambicano. O superintendente Arnaldo Rezende viajou à África, e a FEAC foi determinante na reformulação do planejamento estratégico da organização moçambicana, que resultou na captação de recursos para o combate ao HIV-AIDS e o cuidado com vítimas da doença naquele país irmão.

CAPÍTULO IV

AS PESQUISAS COMO SUPORTE: A FORÇA DA AÇÃO COM PLANEJAMENTO

Forte ligação com a comunidade, mas sempre tendo como suporte pesquisas profundas da realidade, para orientar sua ação social. Esta é outra marca da trajetória da Fundação FEAC desde os primeiros momentos, mais uma chave de explicação de sua sustentabilidade.

A própria campanha Mobiliza Campinas, visando a segurança alimentar de famílias em situação de vulnerabilidade durante a pandemia, foi fundamentada em pesquisas. O trabalho de identificação das famílias mais vulneráveis, que receberam o suporte, foi facilitado pelo estudo que a Fundação FEAC realizou e lançou logo no início da pandemia, em março de 2020, o “Mapeamento das populações mais vulneráveis ao coronavírus e as áreas de risco em Campinas”.

Como explica o superintendente socioeducativo, Jair Resende, foram utilizados os dados do Censo 2010 para a identificação das áreas mais vulneráveis, considerando três dimensões ou indicadores:

1. Densidade demográfica, na medida em que um território com grande concentração de pessoas facilita a propagação do Sars-CoV-2;
2. População de 60 anos ou mais, por ser essa faixa etária a mais suscetível à Covid-19; e
3. Saneamento básico, considerando que a existência de rede de água e esgoto é essencial para as necessárias medidas de higiene.

Assim, grande parte das ações da primeira e segunda fases da campanha Mobiliza Campinas foi concentrada nas famílias localizadas nesses territórios de vulnerabilidade. E, de fato, os números da evolução da pandemia confirmaram que as áreas identificadas no levantamento da Fundação FEAC estiveram entre as de maior letalidade e coeficiente de mortalidade para Covid-19 no ano de 2020, em Campinas.

A primeira ação concreta da Fundação FEAC após a sua criação, em abril de 1964, foi baseada em uma pesquisa. Estamos falando da Campanha de Erradicação da Mendicância, que encontrou amplo apoio na comunidade e repercutiu fora dos limites de Campinas.

A primeira pesquisa promovida pela FEAC foi realizada logo após a sua constituição oficial e exe-



Arquivo FEAC

cutada com um duplo propósito, de levantar quantas e quais entidades assistenciais atuavam em Campinas e quais eram os três principais desafios que a cidade enfrentava naquele momento histórico.

O trabalho foi denominado de enquête e apontou a existência de 166 entidades assistenciais (públicas e privadas), 146 educacionais, 74 recreativas, 12 clubes de serviço e associações cívicas, 25 sindicatos e 55 instituições vinculadas a credos religiosos. Estava patente que as lideranças do movimento comunitário que resultou na FEAC se preocupavam com um mapeamento completo do terreno em que a instituição atuaria, prática que perdurou nas décadas seguintes.

O outro resultado da enquête foi a identificação dos três principais desafios que a comunidade enfrentava na área social:

1. Menor abandonado;
2. Incremento da mendicância; e
3. Déficit habitacional.

Era evidente que esses desafios resultavam da explosão populacional que Campinas começava a vivenciar desde a década de 1960.

– A campanha deu a base, o chão, para a atuação da

FEAC, pois mostrou que era possível uma ampla mobilização da comunidade com planejamento, ações concretas e vontade de mudar uma situação indigna da condição humana – resumiu Darcy Paz de Pádua, escolhido para coordenar a Campanha de Repressão da Mendicância, como a iniciativa foi batizada.

A preocupação com o planejamento, outra marca da trajetória da FEAC, esteve presente em todos os momentos da campanha. Inicialmente, para balizar as ações, foi realizada uma nova pesquisa, intitulada “Levantamento por amostragem da situação do problema da mendicância em Campinas”.*

Foram múltiplos os benefícios para a população atendida em função da campanha. Um efeito indireto foi a maior projeção da FEAC na comunidade, o que levou à adesão de novas entidades sociais e à ampliação da campanha de arrecadação de recursos por meio de contribuições de empresas, organizações sociais ou individuais.

Uma modalidade de doação foi sugerida pelo padre Haroldo Rahm, que acabava de se estabelecer em Campinas, vindo de El Paso, no Texas, onde, segundo ele relatou aos dirigentes da FEAC, funcionários de várias empresas doavam o correspondente a uma

* Ver mais sobre essa primeira ação social da FEAC no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.



hora de serviço por mês para projetos sociais. A sugestão foi aceita, e esse formato de doação passou a ser praticado por algumas empresas locais.

O êxito da campanha de arrecadação foi tão expressivo que dirigentes da FEAC tiveram que interceder, em algumas situações, porque alguns trabalhadores mais humildes estavam se comprometendo em contribuir com o Fundo Unido acima de suas possibilidades.

Em 1965, mais de 3 mil trabalhadores contribuíram com o Fundo Unido, saltando para 5 mil no ano seguinte, 12 mil em 1967 e chegando a 20 mil em 1970. No ano em que Campinas chegava a 375 mil moradores, 6% da população contribuíam para o Fundo Unido da FEAC, ratificando a profunda ligação da instituição com a comunidade, que, em poucos anos, estava totalmente convencida dos princípios, objetivos e métodos empregados, sempre no terreno sólido do bom planejamento e de pesquisas profundas da realidade.

A utilização de pesquisas consistentes tem sido, de fato, uma constante na história da FEAC. Em dezembro de 1995, quando a instituição promoveu o lançamento da Aliança de Campinas pela Educação, por exemplo, foram anunciadas duas pesquisas encomendadas à Fundação Getúlio Vargas.

As pesquisas “Um estudo sobre jovens de cinco nú-

cleos residenciais da periferia pobre de Campinas” e “Estratégias de vida e aspirações da população de baixa renda de Campinas” seriam implementadas em cinco áreas de vulnerabilidade social da cidade: Jardim Santa Mônica, Vila Georgina, Jardim São Pedro de Viracopos, Jardim Santa Lúcia e Parque Itajaí.

Com resultados divulgados em meados de 1996, as pesquisas forneceram uma bússola para as ações da Aliança de Campinas pela Educação, iniciativa que fortaleceu o compromisso da FEAC com a melhoria do sistema público de ensino e aprendizado, como veremos em capítulo posterior.

Neste sentido, a utilização de ferramentas de pesquisa para fundamentar campanhas como a Mobiliza Campinas, voltada para a segurança alimentar em tempos de pandemia, não é um ponto fora da curva. Pelo contrário, é outro ingrediente do DNA da FEAC, ao lado dos fortes vínculos comunitários e do planejamento bem feito.

No contexto do enfrentamento da pandemia, o “Mapeamento das populações mais vulneráveis ao coronavírus e as áreas de risco em Campinas”, promovido pela FEAC, inspirou a realização de trabalho semelhante por pesquisadores do Núcleo de Estudos de População (Nepo) da Unicamp. O mapeamento das áreas de risco para coronavírus em Campinas (SP) considerou dados do Censo do



IBGE de 2010 e imagens de satélite para analisar novas áreas que surgiram no município desde aquele ano ou que se modificaram desde então.

O trabalho do Grupo de Pesquisa Nepo/Unicamp Diversidade da Periferia considerou os indicadores: densidade demográfica; assentamentos precários e favelas; pessoas com mais de 60 anos; média de moradores por domicílio; número de banheiros por habitante; e responsáveis pela casa com renda de meio a um salário mínimo. Este estudo também contribuiu, naturalmente, para os esforços da FEAC e da comunidade em geral na busca de respostas para a miríade de desafios suscitada pela pandemia.

Ainda no cenário da pandemia, e considerando seus vínculos históricos com as organizações da comunidade, a FEAC promoveu outra pesquisa que contribuiu muito para subsidiar as suas ações, sobre “O impacto da pandemia nas Organizações da Sociedade Civil (OSCs) de Campinas”.

Para a coleta de informações, foi utilizado um questionário, encaminhado via *on-line*, entre os dias 16 e 19 de junho de 2020, para presidentes e gestores das OSCs, com perguntas abertas e fechadas, em sua maioria de múltipla escolha, sobre vários assuntos. Foram coletadas e analisadas as respostas de 66 organizações, dentre as 71 para as quais a Fundação FEAC enviou os questionários.

Sobre o funcionamento das OSCs durante a pandemia, 61% delas informaram a ocorrência de atendimentos e contatos parciais e pontuais com seu público; 21%, apenas atendimentos remotos; e somente 6% indicaram que não estavam prestando nenhum tipo de atendimento. Ou seja, a maioria das organizações manteve contato com seus públicos, ainda que parcialmente, de forma pontual ou remota.

A distribuição de alimentos e remédios foi a atividade principal durante a pandemia, para a maioria das organizações entrevistadas: 77% informaram que executaram essa ação. O superintendente socioeducativo Jair Resende comenta os resultados:

– Muitas organizações fizeram esse trabalho, que normalmente não realizam, em função das urgências determinadas pela pandemia.

Ele assinala que a distribuição de alimentos ocorreu na comunidade onde a OSC está inserida, mesmo que a família normalmente não fosse atendida pela organização.

O recurso das pesquisas continua sendo uma postura regular, cotidiana, no trabalho da Fundação FEAC. Mais uma chave para explicar o sucesso de sua trajetória.



CAPÍTULO V

O ESTÍMULO AO VOLUNTARIADO, ESSENCIAL PARA A CIDADANIA ATIVA

Em julho de 1969, enquanto os olhos do mundo estavam, literalmente, voltados para a Lua, um grupo de 70 profissionais, de diversos estados brasileiros e de outros seis países, enfrentavam o frio na Fazenda Vila Brandina para uma capacitação em liderança de trabalho voluntário.

Na primeira atividade no casarão da fazenda deixada como herança para a Fundação FEAC, o estímulo ao voluntariado como uma das premissas da cidadania ativa, realizadora e transformadora surgia como um dos pilares da trajetória da instituição. Mais um diferencial em relação ao tradicional modelo de benemerência, estático e unidirecional.

De fato, o casarão da Brandina, antiga residência do casal Odila e Lafayette Álvaro, fora aberto às atividades da FEAC no início daquele ano, depois de uma boa reforma com recursos da comunidade. E, desde então, passou a ser um espaço muito utilizado, para diferentes atividades, de perfis diversos.

Um plano para o uso do casarão foi formulado, a pedido da instituição, pelo padre Haroldo Rahm. A inauguração contou com a presença, entre outros, de André Franco Montoro, depois senador e governador de São Paulo e com origens na Democracia Cristã.

A vocação para fomentar o voluntariado era outro componente que aparecia forte no DNA da FEAC, desde o primeiro momento. E, novamente, foi pelas mãos de

profissionais de assistência social que começou o trabalho da FEAC nessa área.

No dia 10 de fevereiro de 1966, as assistentes sociais Leonor Amstalden e Elsie Tepedino, com o apoio de Antonio Molina Serralvo, apresentaram à diretoria da FEAC um Plano de Treinamento de Pessoal Voluntário em Trabalho de Bem-Estar Social. O plano teve muito impacto na comunidade local e chegou a círculos que trabalhavam com voluntariado na Grande São Paulo.

Uma das consequências, além da criação do Centro de Treinamento de Voluntários (Cetrevo), foi a visita que a FEAC recebeu, logo após a divulgação do Plano de Treinamento de Pessoal Voluntário, de Maria da Glória Ferraz, presidente do Centro de Promoção e Integração do Menor (Cepim), de Taboão da Serra. Ela queria conhecer melhor as linhas do trabalho voluntário em discussão na FEAC e aproveitou para convidar a instituição para participar de um evento sobre voluntariado que aconteceria nos dias seguintes, na Argentina.

Era a 15ª Conferência Internacional da Unesco sobre Serviço Voluntário, que aconteceria entre 20 e 27 de fevereiro de 1966, na cidade de Rosário. Como Maria da Glória não poderia participar, perguntou se a FEAC poderia representar o Brasil no evento.

O convite foi aceito, e Darcy Paz de Pádua representou a FEAC na conferência. Sua exposição despertou

grande interesse no setor de voluntariado da Unesco, tanto que, em março de 1966, o diretor do Comitê Coordenador do Serviço Voluntário Internacional da Unesco, Jean-Michel Bazinet, esteve em Campinas para um novo convite, de ingresso da FEAC naquele órgão da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

Bazinet era uma lenda viva, e sua visita a Campinas diz muito sobre o que as propostas da FEAC para o voluntariado representavam no âmbito das Nações Unidas. Ele havia ingressado na Unesco após se projetar pelo trabalho na organização francesa de voluntariado Jeunesse et Reconstruction [Juventude e Reconstrução], nome que diz tudo sobre o público preferencial e os objetivos: contribuir para a reconstrução de um mundo devastado pela Segunda Grande Guerra.

O convite foi aceito, e a FEAC tornou-se a primeira organização brasileira a se filiar ao Serviço Voluntário Internacional da Unesco. E, nessa condição, a instituição ainda tão jovem e já tão ousada receberia, entre 29 de junho e 30 de julho de 1969, o Seminário Regional de Capacitação de Líderes em Serviço Voluntário.*

No dia 20 de julho de 1969, Neil Armstrong se tornava

o primeiro ser humano a tocar o solo lunar. A Lua, louvada pelos poetas e exaltada pelos apaixonados, tinha se tornado um objetivo importante da Guerra Fria. No caso, uma demonstração da soberania tecnológica estadunidense em relação à União Soviética, que tinha sido, oito anos antes, pioneira na corrida espacial, com o lançamento de Yuri Gagarin ao espaço, em 1961.

“Este é um pequeno passo para o homem, mas um salto gigantesco para a humanidade”, afirmou Armstrong sobre o sentimento que pouquíssimas pessoas depois dele teriam e sobre o que aquele feito simbolizava, na sua opinião.

A 384 mil quilômetros dali, em solo terráqueo, jovens idealistas reunidos sob as estrelas de noites geladas, em um casarão de uma antiga fazenda de café, em Campinas, estavam naquele mesmo momento empenhados na construção de um projeto que visava saltos ainda maiores e com objetivos muito concretos e nobres. Os saltos civilizatórios até a cidadania plena, através do trabalho voluntário, uma marca que a FEAC não abandonaria em todo o seu percurso, muito pelo contrário.

De fato, o voluntariado continuou sendo um dos eixos centrais de orientação do trabalho social da FEAC. Uma década depois do seminário na Fazenda Brandina, es-

* Ver como foi o importante Seminário no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.



Acervo FEAC



pecificamente em 1977, a FEAC continuava sendo uma das duas únicas organizações brasileiras filiadas ao Serviço Voluntário Internacional da Unesco. A outra instituição brasileira era a Associação Brasileira de Voluntários (Abravo), à qual a FEAC também era filiada.

Um passo à frente seria dado em 1996, com a constituição do Programa Voluntários, uma iniciativa para incentivar o voluntariado em Campinas de uma forma estruturada, que levasse a resultados concretos em benefício das entidades filiadas e da comunidade em geral.

Um dos focos do programa, coordenado por Márcia Beatriz Leal Osório, era a preparação das entidades para fomentar e manter suas próprias ações de voluntariado, como treinar os voluntários para que continuassem motivados e atendessem a objetivos concretos dentro do planejamento da organização, e não ao seu bel-prazer, de acordo com o tempo e as habilidades que possuísem.*

Um impulso substantivo ao que a FEAC já vinha fazendo foi dado em função do Ano Internacional do Voluntário, em 2001. O Programa Voluntários realizou, por exemplo, em parceria com a PUC-Campinas, o Vesti-

bular da Solidariedade, que, entre 1999 e 2001, resultou na arrecadação de 80 mil itens de material escolar distribuído para os alunos da rede pública de ensino.

A FEAC atuou em total sintonia com o Comitê Brasileiro do Ano Internacional do Voluntário, presidido por Milu Villela, empresária que dirigia o Centro do Voluntariado de São Paulo, e que teve Luis Norberto Pascoal na coordenação. A primeira-dama Ruth Cardoso era a presidente honorária do comitê, que atuou de forma descentralizada e não hierárquica, procurando estimular a formação de comitês ou fóruns locais.

O Comitê Brasileiro fornecia metodologias e suporte técnico para as ações descentralizadas, visando ampliar o número de voluntários em todo o país. A busca foi sempre pela articulação de uma rede nacional de voluntariado, para fomentar uma cidadania ativa.

Como parte da estratégia de atuação, foram identificados temas para motivar ações locais para cada um dos doze meses do Ano Internacional do Voluntário: Juventude, em janeiro; Cultura e Arte, em fevereiro; Mulher, em março; Saúde, em abril; Emprego, em maio; Meio Ambiente, em junho; Esporte, em julho;

* Ver mais sobre o Programa Voluntários e a trajetória do voluntariado na Fundação FEAC no Volume 3 da série Tecnologia Social: **Voluntariado para uma cidadania ativa**. Disponível em: <https://feac.org.br/portofolio-items/tecnologia-social-voluntariado-para-uma-cidadania-ativa-volume-3-2/?portfolioCats=3104>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Terceira Idade, em agosto; Comunidade, em setembro; Infância, em outubro; Educação, em novembro; Voluntariado e Solidariedade, em dezembro.

O trabalho do Comitê Brasileiro foi muito elogiado. No dia 26 de novembro de 2002, Milu Villela foi convidada a discursar na abertura da 57ª Assembleia Geral das Nações Unidas, para apresentar o trabalho realizado no Brasil no Ano Internacional do Voluntário. Muitas sementes foram lançadas, e a FEAC continuou sendo uma especial fomentadora do voluntariado em Campinas.

Muitas pessoas que atuaram junto ao Comitê Brasileiro do Ano Internacional do Voluntário participariam, posteriormente, da estruturação do Movimento Todos pela Educação, como é o caso da própria Milu Villela e de Luis Norberto Pascoal.

Um emblema da ação voluntária na FEAC é a própria atuação de seus dirigentes. Todos os integrantes da Diretoria Executiva ou do Conselho Curador sempre trabalharam de forma voluntária, graciosa, para exercer suas funções.

Os líderes da mobilização que levou à criação e estruturação da FEAC, Eduardo de Barros Pimentel, dirigente da Bendix do Brasil, e Darcy Paz de Pádua, dirigente da Construtora Freitas Barros S/A, abriram o caminho para outros executivos, que somaram à história da instituição.

Como no caso de Eduardo Pimentel, o setor industrial tem sido especialmente fértil em executivos que são levados a cargos diretivos na FEAC. Um exemplo é o engenheiro Leôncio Menezes, que era membro da direção regional do Centro das Indústrias do Estado de São Paulo (Ciesp) quando foi convidado para estar mais próximo da instituição. E a primeira contribuição de Menezes foi dada à beira de um torneio de golfe. Ele mesmo relata:

– Eu conhecia o Gilberto Prado, presidente da FEAC



Arquivo FEAC

Leôncio Menezes

na época, de reuniões no Ciesp. E um dia ele me convidou para ajudar na tradução de uma conversa que teria com um dirigente de uma empresa norte-americana, que estaria em um torneio no clube de golfe da 3M. O Gilberto faria uma rápida apresentação sobre a FEAC para os dirigentes da empresa, e eu de fato ajudei.

A partir daí, foi rápida a inserção de Menezes nas ações estratégicas da FEAC até chegar à presidência da Diretoria Executiva e, depois, ao Conselho Curador. Durante muitos anos, Leôncio Menezes trabalhou na Lix da Cunha, uma das maiores construtoras da história de Campinas.

Um exemplo superlativo de trabalho voluntário na gestão da FEAC é o de Flávio Lopes. Ele seguiu uma trajetória muito semelhante à de outros executivos ou empresários que se envolveram de alguma forma na administração da instituição ao longo de sua história.

Flávio começou a sua atuação na área social da APAE de Campinas, onde foi tesoureiro e diretor-presidente. Em razão do destaque que alcançou na gestão da organização, seu nome foi projetado na área social de Campinas e, após deixar a diretoria da APAE, recebeu o convite para colaborar com outra entidade, a Adacamp – Associação para o Desenvolvimento dos Autistas em Campinas.

Ele exerceu várias funções na Adacamp e, como representante da organização, passou a integrar o Conselho

de Entidades Filiadas (CEF) à Fundação FEAC. Tendo novamente se destacado nessa função, foi conduzido à presidência do CEF. Por ocupar esse cargo, tornou-se vice-presidente das Entidades Filiadas da FEAC entre 2003 e 2007. Em 2008, ocupou a vice-presidência da área social da FEAC e, em seguida, tornou-se membro do Conselho Curador.

Em março de 2019, Flávio Lopes assumiu a presidência da Diretoria Executiva da FEAC, para um mandato de quatro anos. Sempre motivado e preocupado com as pessoas em situação de vulnerabilidade social, Flávio Lopes engajou-se de corpo e alma nas campanhas lideradas pela FEAC para combater a fome no cenário da pandemia. Esta foi a sua última nobre função à frente da instituição, tendo falecido, vítima de Covid-19, em 7 de setembro de 2021.

Quando Neil Armstrong e, 19 minutos depois, Edwin Aldrin, pisaram na Lua, a Apollo 11, nave que os tinha levado ao espaço, tinha um computador com meros 16 bits, muito menos que uma simples calculadora de bolso hoje. Mais de cinco décadas depois, a força do voluntariado nutrida e praticada pela Fundação FEAC já demonstrou que pode levar o ser humano a grandes voos, rumo a rotas inimagináveis.

As ações voluntárias prosseguem com toda força, impulsionadas pela instituição. O apoio ao voluntariado empresarial prosseguiu, por exemplo, através da FEAC

na Rede de Investidores Sociais do Interior Paulista, lançada em 2017, e que ela passou a coordenar ao lado da Fundação Educar DPaschoal e com o apoio do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE).

Muitas das ações ligadas ao combate à fome, no contexto da pandemia de Covid-19, também foram realizadas com a marca do voluntariado, uma das chaves para ajudar a explicar a projeção alcançada pela Fundação FEAC.



CAPÍTULO VI

RESPEITO E PROMOÇÃO DO ECUMENISMO E DA DIVERSIDADE

A Fundação FEAC foi constituída, oficialmente, em abril de 1964, mas foi em um evento ocorrido em janeiro de 1966 que ficou claro que a ideia central proposta pela instituição, de união das organizações sociais por objetivos comuns, acima de eventuais diferenças ideológicas ou religiosas, estava de fato enraizada na comunidade, tatuada na pele do corpo social campineiro. O evento foi uma nítida sinalização de que o respeito e a promoção do ecumenismo e da diversidade também seriam marcas registradas da FEAC, mais uma chave para explicar a força e o prestígio alcançados por ela.

Aconteceu em uma reunião na sede da LBA, a primeira sede provisória da FEAC. Na ocasião, uma religiosa católica que representava a Creche Madre Anastácia solicitou empréstimo ao Fundo Unido para reformar o teto da instituição, que ameaçava ruir no período das fortes chuvas de verão.

Imediatamente, Elisa Bittencourt, representante da Associação Beneficente Campineira (ABC), ligada à Igreja Metodista, manifestou-se, defendendo a posição favorável não a um empréstimo, mas à doação integral dos recursos para a creche. Disse Elisa:

– Se a FEAC não tiver recursos suficientes, retire um pouco de cada uma de nossas obras.

Darcy Paz de Pádua reagiu de pronto, afirmando:

– Neste momento nasceu a FEAC!

Ele estava se referindo, evidentemente, ao espírito ecumênico presente naquela manifestação da representante metodista, e que seria um dos pilares de sustentação do trabalho social da FEAC. Os recursos solicitados pela Creche Madre Anastácia foram concedidos integralmente, e o teto foi reformado.

Foram vários os momentos de celebração da diversidade na trajetória da FEAC. Além de entidades ligadas à Igreja Católica e a denominações evangélicas, também se filiaram organizações espíritas e de outros credos, além de muitas, a maioria, sem vinculação religiosa.



Acervo FEAC

O olhar atento para o imperativo da plena inclusão social das pessoas com deficiência é outro exemplo. Várias entidades do segmento se filiaram à FEAC através dos tempos: Centro Cultural Louis Braille, Instituto do Cegos Trabalhadores, Casa da Criança Paralítica, Instituto Norberto de Souza Pinto, APAE-Campinas, Instituto Dona Carminha, Associação Pestalozzi de Campinas, Centro de Educação Especial Síndrome de Down – CEESD, Instituto de Educação Especial Recriar, Centro Educacional Integrado, Pró-Visão, Fundação Síndrome de Down,

Associação de Pais e Amigos de Surdos de Campinas – Apascamp, Adacamp, SORRI-Campinas.

Um impulso especial foi dado em função do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, em 1981. Desde esse ano, assim considerado pelas Nações Unidas, a temática da inclusão plena da pessoa com deficiência evoluiu cada vez mais na agenda social.

A FEAC integrou a Comissão Municipal do Ano Internacional da Pessoa Deficiente, que promoveu várias ações. A FEAC doou mil cartazes para a divulgação do ano internacional e financiou a produ-





ção do filme *Um raio de luz*, que aborda a temática dos transtornos emocionais, com roteiro e apresentação da professora Marilda Novaes Lipp, da PUC-Campinas.

Em 1999, dois fatos deram novo reforço à mobilização em Campinas pela inclusão da pessoa com deficiência. Um deles foi a criação do Conselho Municipal de Atenção às Pessoas com Deficiência e com Necessidades Especiais (CMADENE), atual Conselho Municipal da Pessoa com Deficiência (CMPD).

O outro fato foi o lançamento das bases de criação do Projeto VIVA, pela FEAC. O presidente da Diretoria Executiva na época, Leôncio Menezes, conta como foi o processo que resultou em mais essa iniciativa:

– Eu visitei todas as entidades que eram filiadas e, em uma delas, o Centro Louis Braille, recebi a proposta de que a FEAC realizasse uma grande reflexão sobre ações integradas que pudessem promover a inclusão das pessoas com deficiência em Campinas. Inclusão na educação, no mundo do trabalho, nas diversas áreas.

A ideia lançada na visita ao Centro Braille prosperou, e, no segundo semestre de 1999, a FEAC promoveu três fóruns de debates sobre empregabilidade da pessoa com deficiência. Como fruto das

discussões, foi estruturada uma Comissão Especial das entidades filiadas ligadas ao segmento, que passou a discutir, com os profissionais da FEAC, a formatação do Projeto VIVA – Vida Independente para Viver o Amanhã.

O lançamento do VIVA, em cuja formatação teve grande participação Rita de Cassia Angarten Marchiore, aconteceu no ano 2000. Desde então, foram muitas atividades, fomentando a discussão sobre a inclusão plena das pessoas com deficiência, em particular no mercado de trabalho, com várias ações em parceria com órgãos como Ministério Público do Trabalho, Senac, Fundação Bradesco e Sebrae, entre outros.

Em razão dos movimentos deflagrados pelo VIVA, houve um expressivo fortalecimento do CMADENE como espaço representativo das pessoas com necessidades especiais em Campinas. Como resultado prático, centenas de usuários das entidades sociais foram inseridos no mercado de trabalho, com a total assistência necessária, visando sua vida independente. Para avaliar o cenário da pessoa com deficiência em Campinas, também foram promovidos recenseamentos junto às entidades filiadas do segmento, no âmbito do Projeto VIVA.

Desde 2015, a FEAC impulsiona uma nova iniciativa, o Programa Mobilização para Autonomia (MOB),

visando criar condições para que pessoas com deficiência tenham mais autonomia e, por consequência, maior qualidade de vida e participação social, ou seja, uma inclusão efetiva.

O Projeto VIVA, de alguma forma continuado pelo MOB, foi uma das iniciativas da FEAC documentadas na série de publicações “Tecnologia Social”, lançadas em parceria com a Fundação Educar DPaschoal. O objetivo da série era mostrar o passo a passo de ações da FEAC que pudessem ser repli-

cadadas em outros contextos sociais. Além do VIVA, a série contemplou o trabalho em segurança alimentar do ISA; o Programa Ame a Vida Sem Drogas; o Programa Voluntariado; e os Grupos de Mulheres.

As organizações que atendem e/ou defendem os direitos das pessoas com deficiência têm sido a fonte de muitos voluntários que se tornam gestores na Fundação FEAC. É o caso do engenheiro Edmir Bertolaccini, cuja trajetória confirma que a história da mobilização que resultou na criação da FEAC está diretamente ligada à de outra instituição que é uma das marcas de Campinas: a Unicamp.

Bertolaccini já trabalhava na Clark quando foi convidado a integrar o primeiro time de professores da Faculdade de Engenharia da Unicamp, que nasceu em estreita sintonia com o setor empresarial de Campinas e região. A Faculdade de Engenharia acabaria se subdividindo em três: Engenharia Mecânica, Engenharia Química e Engenharia Elétrica.

Na Clark, Bertolaccini chegou ao cargo de presidente mundial da empresa. Como gestor reconhecido na área empresarial, foi convidado a atuar na direção da Pró-Visão, onde permaneceu por muitos anos. Foi então que veio o convite para colaborar mais diretamente com a gestão da FEAC.

Sua primeira participação foi no processo de negociação com o Grupo Jereissatti, no momento em que



Edmir Bertolaccini

se discutia a ampliação do Shopping Iguatemi Campinas, do qual a FEAC é sócia. A ampliação foi materializada, e o primeiro *shopping center* do interior do Brasil, edificado nas terras que a FEAC herdou do casal Odila e Lafayette Álvaro, consolidou-se como uma das principais opções de compra, cultura, culinária e entretenimento da região.

Edmir Bertolaccini foi se envolvendo cada vez mais com a gestão da FEAC e chegou à presidência da Diretoria Executiva, entre 2003 e 2006. Depois presidente e atual membro do Conselho, ele comenta a importância que teve a “escola” de passar pela direção da Pró-Visão:

– Atuar na gestão de uma entidade social é algo que nos enriquece muito. Podemos contribuir com nossos conhecimentos adquiridos no setor empresarial e aprendemos muito, pois lidar com a área social é algo desafiador. E esse aprendizado nós levamos para a gestão na FEAC, que tanto tem contribuído com o desenvolvimento humano em Campinas, como no caso da inclusão da pessoa com deficiência.

CAPÍTULO VII

FOCO NOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE

O uso permanente de pesquisas e a atenção ao planejamento como instrumentos de trabalho e a presença voluntária de experimentados gestores empresariais em sua direção, todos humanistas com profundo espírito público, foram elementos fundamentais para que a FEAC tivesse foco total no objetivo principal com que foi criada: **promover os direitos das crianças e dos adolescentes.** Esse foco permanente e prioritário na infância

e juventude é outra das chaves que explicam a credibilidade alcançada pela instituição em mais de cinco décadas de trajetória.

Outros temas chamaram e continuam chamando a atenção da FEAC, mas a busca do desenvolvimento integral e do respeito à cidadania plena das crianças e dos adolescentes tem sido a bússola a orientar os caminhos da organização, uma utopia a iluminar suas ações, que foram e continuam sendo muitas e robustas nesse campo.



A preocupação com a situação da infância, sobretudo a dos grupos sociais de baixa renda, foi evidente, por exemplo, em eventos como a Semana de Estudos do Problema de Menores da Região de Campinas, realizada entre 6 e 11 de abril de 1970, portanto, no auge da ditadura militar e pouco antes da lendária conquista brasileira na Copa do Mundo no México.

A FEAC integrou a comissão organizadora dessa semana, ao lado do Juizado de Menores, da Secretaria da Promoção Social de São Paulo e da Secretaria da Promoção Social de Campinas. Foram discutidos vários temas, a partir da exposição de especialistas de renome na época: abandono e marginalização do menor, menor excepcional, menor infrator, trabalho do menor, colocação familiar, legislação do menor.

Chamam a atenção os termos utilizados: “menores”, “problema do menor”, “menor infrator”, que hoje soam anacrônicos e politicamente incorretos, mas que refletiam o ambiente e as terminologias utilizadas na época. Depois, a FEAC seria uma das principais protagonistas, em Campinas e no Brasil, do movimento que resultaria no artigo 227 da Constituição de 1990 e no Estatuto da Criança

e do Adolescente (ECA), marcos na grande revolução conceitual e cultural que transformou a criança e o adolescente em sujeitos de direitos de cidadania iguais para todos.*

A busca da cidadania para as crianças e os adolescentes viria, de fato, no Brasil, em função da elaboração da nova Constituição pós-ditadura, e a FEAC esteve totalmente imersa no processo. A instituição integrou o Grupo de Estudos da Criança e do Adolescente (GECA), criado em 6 de abril de 1988, seis meses antes, portanto, da promulgação, em 5 de outubro, do novo texto constitucional, em que foi inscrito o histórico artigo 227, a carteira de identidade da cidadania da infância e juventude brasileira.

O artigo 227 refletia os conceitos da Doutrina da Proteção Integral, que, naquele momento, era o principal conceito em defesa dos direitos da criança e do adolescente em âmbito internacional. A Constituição Cidadã, como foi batizada por Ulysses Guimarães, antecipou, portanto, a própria Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos da Criança, de 1989, que incorporou os princípios da Doutrina da Proteção Integral.

* Ver outras ações históricas da FEAC no campo da defesa dos direitos das crianças e dos adolescentes no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.

A FEAC foi ativa, igualmente, no Fórum Municipal Permanente de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, criado em novembro de 1991. O Fórum foi concebido para buscar a materialização, em Campinas, dos princípios contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), editado em 13 de julho de 1990, que regulamentava o artigo 227 da nova Constituição. O ECA foi a virada definitiva, a grande revolução civilizatória em defesa dos direitos da infância e

juventude, e a FEAC estava presente nessa mudança.

Dois profissionais que tiveram importante participação no processo que resultou no ECA mantiveram estreita ligação com a FEAC. São eles o jurista Edson Seda, que trabalhou em várias instituições e cidades antes de se radicar em Campinas, e o educador mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, que depois seria um dos grandes colaboradores da FEAC na Aliança de Campinas pela Educação.



Outra ação de destaque no campo da defesa da criança e do adolescente foi o Projeto BID. Assim ficou conhecido o Programa Socioeducativo para Jovens em Situação de Risco em Campinas, implantado a partir de 1994 e financiado com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em mais um reconhecimento internacional à atuação da FEAC.

A FEAC coordenou o programa, conduzido por Darcy Paz de Pádua e executado por oito entidades filiadas, além do Externato São João e da Casa Amarela. Entre 1994 e 1998, foram atendidos 4.483 jovens de famílias de baixa renda, com resultados considerados positivos para 87% deles, que participaram de atividades aplicadas em seus territórios de origem.

Os demais 13% continuaram em situação considerada de risco (por exemplo, vulneráveis a drogas e outras modalidades de violência) ou tiveram paradeiro ignorado. Foi uma robusta experiência de atuação em rede, que serviu de inspiração para iniciativas posteriores da FEAC.

A educação como ferramenta de transformação social e desenvolvimento integral de crianças e adolescentes é uma preocupação constante na trajetória da FEAC. Um entusiasmo especial nesse sentido aconteceu com o lançamento da Aliança de Campinas pela Educação, em 1995. “Entusiasmo” vem do grego *enthousiasmos*, que significa ‘estar possuído por Deus’, uma

força superior motivando, empurrando a ação.

O presidente da Diretoria Executiva na época, Luis Norberto Pascoal, foi um especial entusiasta da iniciativa. Ele havia criado a Fundação Educar DPaschoal em 1989, justamente para promover a responsabilidade social corporativa da empresa da família com ações no campo educacional.

O encanto com a educação foi levado por Luis Norberto para a FEAC. Especialmente animado com as ideias do educador mineiro Antônio Carlos Gomes da Costa, Luis não teve dúvidas em procurá-lo para o início de uma série de conversas.

Gomes da Costa tinha sido o motor da Aliança de Minas pela Educação, uma iniciativa que mobilizou Minas Gerais pela melhoria dos índices educacionais. Com larga experiência com jovens em situação de risco, o educador tinha atuado na linha de frente do movimento, que resultou no artigo 227 da Constituição, de 1988, e no ECA, de 1990.

Os termos do artigo 227 foram cunhados por Deodato Rivera, um poeta e filósofo mineiro também e muito amigo de Gomes da Costa. Os dois trabalharam juntos durante anos na Modus Faciendi, consultoria em projetos educacionais, com trabalhos em vários estados brasileiros.

Motivados por Luis Norberto, técnicos da FEAC foram conversar com Gomes da Costa em Belo Ho-

rizonte. A reunião foi muito produtiva, e o educador foi instado a produzir um documento de trabalho, que recebeu o título “Infância, Juventude, Estado e Sociedade no Brasil – Na Antessala do Ano 2000”.

As ideias de Gomes da Costa foram mastigadas e digeridas na FEAC, que resolveu então fomentar um grande movimento comunitário na cidade, batizado de Aliança de Campinas pela Educação.*

A Aliança de Campinas pela Educação provocou, de fato, um grande ímpeto na comunidade, no sentido de apoiar ações concretas no campo educacional. E constituiu o tempo e o espaço para vários profissionais, de diversas áreas, se aproximarem da FEAC, conhecendo mais de perto a instituição e passando a se engajar de alguma forma em suas iniciativas.

Foi o caso do engenheiro José Luiz Nadalin, que atuou como um dos representantes da área da habitação e foi relator de um dos grupos de trabalho nos momentos iniciais da aliança. Atual membro do Conselho Curador da FEAC, ele lembra das motivações que o moveram na época:

– A FEAC já tinha essa questão da educação, e

* Ver mais sobre a Aliança de Campinas pela Educação e as ações que inspirou, como o Censo Escolar na Região Campo Grande, no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.

com a Aliança ficou mais forte. Mas educação no sentido mais amplo, e não apenas no sentido formal, em termos até de civismo, de educação para a plena cidadania. Isso empolgou a cidade, despertou um ânimo grande em muitos setores. Foram plantadas sementes muito fortes.

Outras ações viriam em função do clima criado pela Aliança de Campinas pela Educação, e algumas delas foram a oportunidade para que novos profissionais passassem a conhecer com maior profundidade a FEAC e se tornassem voluntários da instituição, atuando inclusive na gestão.



Arquivo FEAC

José Luiz Nadalin

Foi o exemplo de Marcos Haaland, que se aproximou da FEAC no contexto do Programa Qualidade na Escola (PQE), lançado em 1999. O PQE, como ficou conhecido, juntou FEAC, Instituto Qualidade no Ensino (IQE), da Câmara Americana de Comércio, e várias empresas da região.

A Inter American Foundation (IAF), ligada ao Senado dos Estados Unidos, deu apoio financeiro importante nos momentos iniciais do PQE. O propósito era a capacitação de professores de primeira a quarta série do Ensino Fundamental, visando a melhoria da qualidade do ensino ministrado em Português e Matemática.

Na época, havia a clara percepção de que era estratégico investir na melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem no Ensino Fundamental, com foco sobretudo em Português e Matemática. A percepção foi confirmada pelos vários indicadores de qualidade criados posteriormente, como o Programa Internacional de Avaliação de Estudantes (Pisa), lançado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), em 2000, um ano depois do PQE, e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), lançado em 2007, pelo Ministério da Educação, e aplicado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep).

Os trabalhos do PQE foram coordenados por Maria Bernadete Gonçalves de Souza, profissional da FEAC

desde a época de criação do Centro Comunitário do Jardim Santa Lúcia.

Atraídas pela proposta do programa, muitas empresas de Campinas e região deram, de fato, relevante apoio ao PQE, como a Mogiana Alimentos, da família de Marcos Haaland. Ele passou a participar do Conselho Gestor, formado pelo grupo de investidores no programa, que, além de colaborar na organização das atividades, promoveu muitas reuniões com pares e especialistas e visitas a escolas, a outras experiências semelhantes e às secretarias



Marcos Haaland

municipal e estadual de Educação.

Desse convívio, veio o convite para que Haaland integrasse, como membro provisório, o Conselho Curador, onde permaneceu por dois anos. Depois disso, retornou com o convite para integrar a Diretoria Executiva na área patrimonial e passou a compor, como membro efetivo, o Conselho Curador, onde também atuou no comitê criado para a área patrimonial da instituição.

O PQE, do qual Haaland e outros gestores participaram ativamente, estendeu-se até 2004, abrangendo 200 professores e 3500 alunos de cinco escolas públicas da rede estadual. A partir de 2004, foi iniciado um novo ciclo, em parceria com o Programa Letra e Vida, da Secretaria Estadual da Educação.

No ambiente favorável criado pela Aliança de Campinas pela Educação, na década de 1990, outra iniciativa no campo educacional foi mais uma prova da força da atuação em rede que tem marcado a história da FEAC: o Programa de Apoio a Projetos de Educação Complementar para Crianças e Adolescentes de 7 a 16 anos, ou Programa Vitae, como ficou conhecido.

A denominação está relacionada ao Fundo Vitae, constituído em 1985 como a representação brasileira de Lampadia, organização de investimento social privado com sede em Lichtenstein, financiada com recursos derivados do grupo Hochschild.

O Fundo Vitae passou a ter intensa atuação no

Brasil, com vários programas e projetos nas áreas educacional e da cultura, como o Programa Vitae, já mencionado.

Na quinta edição, de 2001, a Fundação FEAC começou a atuar no comitê de análise dos projetos candidatos a apoio. A partir da sexta edição, de 2002, a FEAC tornou-se parceira institucional do Programa Vitae.

A FEAC alcançou essa posição justamente por sua histórica atuação em rede. Naquela edição, seis entidades filiadas à FEAC tiveram projetos apoiados: Seara Espírita Joanna de Angelis (*Teclas, notas e letras – construindo o saber*); Sociedade Educativa de Trabalho e Assistência – Seta (*Seta na escola – novos rumos para todos*); Grupo Primavera (*Empreendedorismo em rede*); Associação Beneficente Assistencial Madre Cândida – Abamac (*A informática auxiliando na educação*); Sociedade Pró-Menor de Barão Geraldo (*A leitura nas vozes que cantam e encantam*); e Associação Beneficente Campineira – Núcleo São Marcos (*Reconstruindo o saber*).

Em 2003, na sétima e última edição, outras cinco entidades filiadas à FEAC receberam suporte técnico e financeiro para seus projetos: Centro Promocional Tia Ileide (*Superação – Biblioteca interativa*); Centro Comunitário Irmão André – Cecoia (*Escola Tomás Alves: percorrendo a história, imprimindo emoções*); Grupo Comunitário Criança Feliz (*Aventura com as letras*

e as teclas); Associação de Assistência Social São João Vianney (*Leitura de mundo nas diferentes linguagens*); e Serviço Social Nova Jerusalém (*Turma da Magrela*).

Como legado, o Programa Vitae propiciou a estruturação de equipamentos lúdico-pedagógicos em 11 entidades filiadas à FEAC, em benefício de centenas de crianças e adolescentes. Essa atuação estratégica no Programa Vitae, por sua vez, foi decisiva para que a FEAC viesse a se tornar parceira de mais uma iniciativa com a participação do Fundo Vitae e que representou uma das mais amplas experiências já desenvolvidas no Brasil em educação integral, um conceito polêmico e que ainda gera muita discussão: o Programa pela Educação em Tempo Integral, do Fundo Juntos pela Educação, constituído em 2004 pelo Instituto Arcor Brasil, o Instituto C&A e o próprio Fundo Vitae.

De certa forma, o Programa pela Educação em Tempo Integral deu prosseguimento ao Programa de Apoio a Projetos de Atendimento a Crianças e Jovens de 7 a 16 anos, o Programa Vitae. Desta vez, não se tratava mais de apoiar projetos envolvendo uma escola e uma organização social de determinado bairro. O novo programa visava o apoio a verdadeiras redes em territórios de vulnerabilidade social, envolvendo uma ou mais escolas públicas e diversas organizações locais, governamentais e não governamentais.

O objetivo era que os alunos das escolas públicas

envolvidas tivessem a oportunidade de participar de atividades artísticas e culturais, em geral, e também esportivas ou de outra natureza, como oficinas de informática, não mais em apenas uma organização, mas em várias. Era toda a comunidade se transformando em um espaço educativo, no espírito de um provérbio africano segundo o qual é necessária toda uma comunidade para o desenvolvimento integral de uma pessoa.

Com sua atuação na área educacional e sua *expertise* na formação de redes, a FEAC se tornou parceira técnica do Programa pela Educação em Tempo Integral, que seria desenvolvido entre 2006 e 2010, em seu primeiro ciclo. O lançamento do programa aconteceu no auditório da FEAC, com a participação dos gestores dos componentes do Fundo Juntos pela Educação.

Com o suporte técnico da FEAC, foram definidos os primeiros projetos de redes comunitárias que receberiam apoio do Fundo Juntos pela Educação, a partir de 2006. Mais uma vez, pela história da FEAC e por sua relação com as entidades filiadas, o município de Campinas foi escolhido para ser um dos territórios de atuação do programa, juntamente com três municípios da Paraíba, considerando os índices educacionais que eram observados na Região Nordeste do Brasil: João Pessoa, Santa Rita e Lucena.

Em Campinas, foram apoiados os projetos *Metamorfose/Música para o amanhã*, no Campo Belo e no Jardim



Fernanda; *Além das letras*, na região dos Amarais; *Pacto sustentável*, no Distrito de Sousas; *Comunidade educativa*, na Vila Castelo Branco; e *Novas atitudes.com*, no Jardim Satélite Íris, localizado no distrito de Campo Grande, território de alta vulnerabilidade social.

O foco central do Programa pela Educação em Tempo Integral era criar, de fato, as condições para a formação de redes intersetoriais ou fortalecer as já existentes, de modo que toda a comunidade local fosse efetivamente envolvida no desenvolvimento integral de suas crianças e adolescentes. Esse objetivo foi alcançado na maior parte dos casos. Muitas das redes intersetoriais criadas ou fortalecidas naquele momento continuam bem ativas, como a Rede Abraço, na região dos Amarais, e a *Novas atitudes.com*, no Jardim Satélite Íris.

Em 2019, a Rede Abraço, por exemplo, foi parceira da FEAC na implementação do Projeto Caminhos da Escola, que tinha como objetivo transformar, através do esforço comunitário, os trajetos percorridos diariamente pelas crianças e adolescentes de bairros da região dos Amarais em percursos seguros e lúdicos. Calçadas brincantes, artes nos muros e árvores, entre outras intervenções, foram realizadas em dois trajetos, somando mais de dois quilômetros, em benefício de centenas de alunos de escolas públicas. O projeto foi executado no âmbito do Programa Desenvolvi-

mento Local da FEAC.

De fato, foram várias as conquistas decorrentes do Programa pela Educação em Tempo Integral. Alunos da Escola Estadual Rosina Frazatto, no Jardim Satélite Íris, tiveram a oportunidade de se beneficiar de uma das primeiras lousas digitais inseridas em escola pública em Campinas, sobretudo em área de alta vulnerabilidade social. A Escola Estadual Rosina Frazatto continuava sendo, em 2021, um dos pilares da atuante rede *Novas atitudes.com*.

Do mesmo modo, alunos de escolas públicas da Vila Castelo Branco puderam participar de atividades de educomunicação inovadoras, na época, como jornal e rádio escolar. Na região dos Amarais, todas as organizações que participaram do projeto *Além das letras* receberam novas bibliotecas ou ampliaram as existentes. O mesmo ocorreu nos territórios onde foram desenvolvidos projetos na Paraíba.

No total, mais de 140 organizações estiveram envolvidas no Programa pela Educação em Tempo Integral, entre 2006 e 2010. A Fundação FEAC participou então, como parceira técnica, de uma das mais abrangentes experiências já realizadas em termos de educação integral no Brasil. Nessa experiência, ressaltam-se a forte presença de conceitos como o empoderamento comunitário, a incidência em territórios de alta vulnerabilidade, a força da atuação

em rede, muito presentes nos programas e projetos efetivados ou apoiados pela FEAC em 2021, com tendência de continuidade em função dos desafios multiplicados pela pandemia de Covid-19.

Outras iniciativas foram desenvolvidas no espírito da Aliança de Campinas pela Educação, como o Projeto *Ame a vida sem drogas*, lançado em 1998, em parceria da FEAC com o Conselho Municipal de Entorpecentes (Comen), o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) e o Grupo de Empresários Amigos da Criança (GEAC).*

No dia 27 de novembro de 2007, também em coerência com os conceitos da Aliança de Campinas pela Educação, foi lançado o Compromisso Campinas pela Educação (CCE), representação local do movimento nacional Todos pela Educação.

Desde a fase de formulação, a estruturação do Todos pela Educação contou com o ativo suporte, entre outras organizações, da Fundação Educar DPaschoal e da Fundação FEAC, através de Luis Norberto Pascoal, que é membro do Conselho de Fundadores, ao lado de empresários como Jorge Gerdau Johannpeter (Grupo Gerdau), Jaime Sirot-

sky (Grupo RBS), Milu Vilella (Banco Itaú), Viviane Senna (Instituto Ayrton Senna) e Danilo Santos de Miranda (diretor geral do SESC São Paulo).

O Todos pela Educação foi lançado em 2006, como um movimento da sociedade civil brasileira com a missão de contribuir para que, até 2022, ano do bicentenário da Independência do Brasil, o país assegurasse a todas as crianças e todos os jovens o direito à Educação Básica de qualidade.

O movimento tem como objetivos propiciar condições de acesso, alfabetização e sucesso escolar, ampliar os recursos investidos na Educação Básica e melhorar a gestão desses recursos. Esses objetivos foram traduzidos em 5 Metas, que deveriam ser cumpridas até 2022.

Envolvida diretamente na formulação do Todos pela Educação, por meio de Luis Norberto Pascoal e, depois, de Peter Graber, a FEAC montou o Compromisso Campinas pela Educação (CCE). O compromisso foi lançado na gestão do empresário Peter Graber como presidente da Diretoria Executiva da FEAC e teve como coordenador o superintendente Arnaldo Rezende.

Presidente na época do Todos pela Educação, Mozart

* Ver mais sobre o Programa *Ame a vida sem drogas* e outras iniciativas da FEAC na área da educação no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.

Neves Ramos participou do lançamento do compromisso no Shopping Iguatemi Campinas, em 27 de novembro de 2007. “Campinas sempre representou referência no Ensino Superior, com suas universidades, na Ciência e Tecnologia, na República e, agora, queremos que seja na educação de base”, disse ele, na ocasião.

Procurados pessoalmente pelo superintendente Arnaldo Rezende, vários parceiros se somaram ao compromisso. Entre outras organizações, participaram do lançamento: Secretaria Estadual de Educação; Prefeitura de Campinas; Câmara Municipal de Campinas; Secretaria Municipal de Educação; Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social; Fórum de Campinas; Vara da Infância e da Juventude em Campinas; Associação Comercial e Industrial de Campinas; Ciesp-Campinas; Câmara Americana de Comércio – AMCHAM Campinas; Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças – IBEF Campinas; Arquidiocese de Campinas; PUC-Campinas; Faculdades de Campinas (Facamp); Transcur; Ordem dos Advogados do Brasil/3ª Subseção Campinas; Fundação FEAC; Graber Holding; Robert Bosch América Latina; CPFL Energia; Grupo DPaschoal; Iguatemi Empresa de Shopping Centers; Rádio e Televisão Bandeirantes de Campinas; TV Brasil; Rádio Central AM; Rádio Globo-CBN; Rede Anhanguera de Comunicação (RAC); Emissoras Pio-

neiras de Televisão (EPTV-Campinas); Diretorias de Ensino – Região Campinas Oeste e Região Campinas Leste; Movimento Todos pela Educação; Subsede Campinas do Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de São Paulo (Apeoesp); e Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal.

Foram várias as atividades promovidas pelo Compromisso Campinas pela Educação, dentre elas o Projeto FEAC na Escola, iniciativa própria que levou à melhoria da qualidade de ensino e aprendizagem em sete escolas públicas, com mais de 5 mil alunos.



Peter Graber

O FEAC na Escola germinou a partir do curso Gestão para o Sucesso Escolar, promovido pelo Compromisso Campinas e Fundação Lemann, sensibilizada após contatos com o presidente Peter Graber. Cerca de 100 gestores participaram das capacitações. Unidades escolares de alguns desses gestores participaram do FEAC na Escola, que propiciou o avanço no Ideb de muitas delas.

Outra iniciativa importante no âmbito do Compromisso foi o lançamento, em 8 de maio de 2013, novamente em cerimônia no Shopping Iguatemi, do Observatório da Educação de Campinas. O observatório foi pensado com o objetivo de reunir, analisar e disponibilizar, de forma simples, dados relevantes sobre a educação em Campinas, como subsídio para as políticas públicas construídas nesse setor, principalmente em termos de melhoria da qualidade educacional, em coerência com a prática tradicional da Fundação FEAC, de promover amplas e aprofundadas pesquisas para embasar suas ações.

Para conduzir tecnicamente os trabalhos do Observatório da Educação, foi constituído um Comitê Deliberativo, sob a coordenação da Profa. Dra. Maria Inês Fini, professora aposentada da Unicamp, responsável pela implantação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) entre 1998 e 2002, pelo Inep, que o presidiria entre 2016 e 2018.

A Profa. Dra. Maria Helena Guimarães Castro, professora aposentada da Unicamp, que foi presidente do Inep de 1995 a 2002 e secretária estadual da Educação de São Paulo de 2007 a 2009, também era diretora executiva da Fundação Seade – Sistema Estadual de Análise de Dados de São Paulo.

Outros membros do comitê: André Portela Souza, professor da Escola de Economia de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (FGV) e coordenador do Centro de Microeconomia Aplicada (C-Micro) da mesma instituição; Angela Corrêa da Silva, professora e coordenadora da área de Ciências Humanas em escolas de Ensino Fundamental, Médio e Superior; Dalton Francisco de Andrade, consultor do Inep e professor do Departamento de Informática e Estatística da Universidade Federal de Santa Catarina; Ismael Bravo, consultor em políticas de educação e sistemas educativos; Samuel Mendonça, coordenador de Mestrado em Educação pela PUC-Campinas; Sônia Draibe, doutora em Ciência Política pela USP; Nilson Robson Guedes Silva, pela Secretaria Municipal de Educação de Campinas; e Norma Kerches de Oliveira Rogeri, supervisora de ensino pela Secretaria Estadual de Educação de São Paulo.

A partir do final de novembro de 2013, o Comitê Deliberativo do Observatório da Educação passou

a contar com novos representantes da Unicamp e PUC-Campinas: Stella Silva Telles, doutora em Demografia, do Núcleo de Estudos em Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp; Cíbele Yahn de Andrade, doutoranda em Economia, também pesquisadora do NEPP-Unicamp; e o professor Adolfo Ignacio Calderón, do Programa de Mestrado em Educação da PUC-Campinas.

O Observatório da Educação reuniu esse conjunto altamente qualificado e representativo com a missão de contribuir para avanços na qualidade da educação pública, especialmente no município de Campinas. De fato, realizou pesquisas aprofundadas e detalhadas sobre vários aspectos do sistema educacional brasileiro, com o recorte de territórios de Campinas, em sua maioria, de população de baixa renda.

Essas pesquisas e estudos confirmaram a complexidade que é buscar a melhoria do sistema educacional público, que contempla uma estrutura gigantesca e é muito afetado por fatores conjunturais determinantes. Ficou claro que as mudanças estruturais que a educação demanda só poderão ser realizadas quando o país, como um todo, colocar a educação no topo de suas prioridades. Infelizmente, o Brasil ainda está longe dessa condição, apesar dos grandes esforços feitos por motivados atores da sociedade civil.

Dentre as ações impactantes no âmbito do CCE, des-

taca-se a Semana da Educação de Campinas, promovida anualmente desde 2010, que se tornou o momento mais importante de mobilização e reflexão comunitária sobre o status e o futuro educacional na cidade. Dezenas de atividades eram promovidas nas semanas da Educação, geralmente no mês de novembro, em vários espaços. A FEAC e a Fundação Educar DPaschoal eram as organizadoras, tendo o Shopping Iguatemi como importante parceiro, entre outras empresas locais e órgãos como a Secretaria Municipal da Educação e as duas delegacias regionais de ensino.

Além dos seminários, das oficinas diversas e atividades culturais, a programação das semanas de Educação sempre abrangia conferências com grandes pensadores, como o filósofo Mário Sérgio Cortella; o colombiano Bernardo Toro; o secretário estadual adjunto da Educação do Ceará, na época, Maurício Holanda Maia (que explicou como o município cearense de Sobral praticamente dobrou o seu Ideb em poucos anos); o presidente do Todos pela Educação, na época, Mozart Neves Ramos; e Neca Setúbal, fundadora do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec).

Durante as semanas de Educação, eram divulgados novos estudos do Observatório da Educação de Campinas, sempre com dados impactantes, como o que foi apresentado na 4ª Semana da Educação de



Maria Inês Fini

Campinas, em 2013, encomendado para o Instituto Paulo Montenegro, que apontou o Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf) de Campinas naquele ano.

O estudo do Instituto Paulo Montenegro apurou que 3% eram analfabetos e 27% estavam situados no grupo de alfabetismo rudimentar. Com isso, o universo de alfabetismo funcional em Campinas era de 30% na população de 15 a 64 anos de idade. O contingente com alfabetismo básico era de 42%, e o de alfabetismo pleno, de 28%, somando 70% da população pesquisada.

Os dados sobre Campinas são ainda mais alarmantes se comparados com a média nacional: o Inaf de 2011 do Brasil, apurado pelo Instituto Paulo Montenegro, revelou que o contingente de analfabetos no país, entre a população de 15 a 64 anos, era de 6%, e o de alfabetismo rudimentar, de 21%. Com isso, o contingente de alfabetismo funcional no Brasil foi de 27%. O contingente com alfabetismo básico era de 47% da população, e o de alfabetismo pleno, de 26%, somando 73% da população pesquisada.

Números que falavam por si mesmos, ratificando o fenomenal desafio que era modificar a realidade educacional básica em Campinas, cidade com poder aquisitivo bem acima da média nacional e sede de um dos principais polos científicos e tecnológicos da América Latina.

A jornalista Vanessa Taufic, que coordenava a área de Comunicação e Marketing da FEAC, teve um papel muito relevante nas ações do Compromisso Campinas pela Educação. Ela conduzia esforços de mobilização de parceiros e os fundamentais contatos com a mídia, desde o início considerada estratégica para a propagação das ações, sobretudo no momento de realização das semanas de Campinas pela Educação. A equipe da área de Comunicação e Marketing deu importante suporte ao conjunto de ações.

O conjunto de ações realizadas na esfera do Compromisso Campinas pela Educação e, antes, da Aliança de Campinas pela Educação mostrou que é possível promover mudanças relevantes no cotidiano de algumas escolas públicas, quando se consegue um efetivo envolvimento da comunidade local, grande engajamento dos profissionais envolvidos e investimento material substantivo, além dos recursos orçamentários regulares recebidos pelas unidades.

Entretanto, ficou cada vez mais evidente a inmensurável dimensão dos desafios e aspectos envolvidos, para uma melhoria significativa, e igualitária, do sistema educacional público. A Fundação FEAC passou então a promover uma reflexão profunda, no âmbito do Conselho Curador, sobre quais seriam o seu real papel e a sua contribuição mais eficiente na área da Educação.



Mário Sérgio Cortella

Um caminho que está sendo muito discutido é o do suporte à Educação Infantil, o que já é realizado através de organizações historicamente ligadas à FEAC e que oferecem esse serviço, em convênio com o poder público.

De fato, o Programa Primeira Infância em Foco tornou-se uma ação substantiva da FEAC nos últimos anos, inclusive no cenário da pandemia de Covid-19. Pelas medidas de restrição impostas na crise sanitária, as unidades de Educação Infantil permaneceram fechadas em grande parte de 2020 e 2021, com graves prejuízos para o desenvolvimento das crianças.

Com a perspectiva da retomada das atividades presenciais, a FEAC desenvolveu, em parceria com o Núcleo de Estudos de Políticas Públicas (NEPP) da Unicamp, entre março e agosto de 2021, o percurso formativo Novo Olhar. O propósito foi o de ofertar a profissionais de 33 escolas de Educação Infantil de Campinas, parceiras da FEAC, uma formação de qualidade, proporcionando o acesso aos mais modernos conhecimentos em pedagogia infantil. Mais de 400 profissionais, entre gestoras, coordenadoras pedagógicas e professoras, participaram das atividades formativas.

Na primeira semana de dezembro de 2021, a Casa do Lago, da Unicamp, recebeu a mostra Novo Olhar, com trabalhos de crianças das 33 escolas de Educa-

ção Infantil de Campinas abrangidas pelo percurso formativo do mesmo nome. A mostra também apresentou a reprodução de ambientes de aprendizagem, com exemplos de como os espaços das unidades de Educação Infantil podem ser mais bem aproveitados para a melhoria do desenvolvimento das crianças.

Ainda em 2021, o Programa Primeira Infância em Foco promoveu a iniciativa Novo Olhar para os Espaços Escolares. Através de edital, foram identificados cinco projetos de organizações da sociedade civil de Campinas, parceiras da FEAC e que trabalham com Educação Infantil. Esses projetos receberam apoio técnico e financeiro, visando proporcionar espaços mais naturais para as crianças.

Outra ação no campo educacional implementada em 2021 foi o Projeto Caminhos do Brincar, que objetiva viabilizar espaços brincantes mais seguros para crianças em territórios de vulnerabilidade social. O Jardim Satélite Íris e a Favela do Sapo foram as áreas escolhidas para receber o projeto-piloto, executado no formato de rede de parcerias com organizações locais.

Ao longo de sua trajetória, a Fundação FEAC tem procurado aprimorar as formas de contribuir com avanços no sistema educacional. O processo de reinvenção continua, agora com a multiplicação de desafios provocada pela pandemia.







CAPÍTULO VIII

ATENÇÃO PARA O USO SUSTENTÁVEL DO PATRIMÔNIO E APRIMORAMENTOS NA GESTÃO

Quando o casal Odila e Lafayette Álvaro, conversando no casarão da Fazenda Brandina, decidiu que iria doar a área para a organização que estava mobilizando Campinas na primeira metade da década de 1960, certamente sabia que o patrimônio seria cuidado da melhor forma possível, em benefício da ação social na cidade, sobretudo no caso das crianças e adolescentes das famílias mais vulneráveis. Mas,

certamente, o casal benemérito não imaginava que a antiga fazenda de café e criação de gado seria o espaço de empreendimentos inovadores, contribuindo com a geração de recursos substantivos para programas e projetos sociais.

De fato, a Fazenda Brandina, patrimônio da Fundação FEAC, tem abrigado empreendimentos que espelham a preocupação da instituição em buscar o seu desenvolvimento da forma mais sustentável possível.



Acervo FEAC

Casarão FEAC

E nem poderia ser diferente, em uma área que se tornou uma das mais valorizadas do município.

O uso racional, eficiente e produtivo do patrimônio físico reflete, do mesmo modo, outra preocupação da FEAC: a melhoria e a atualização contínuas do seu sistema de gestão, visando resultados cada vez mais duradouros e impactantes. Gestão sustentável do patrimônio e de sua organização, mais uma chave para explicar a projeção e a solidez alcançadas pela Fundação FEAC.

Um emblema cristalino da vocação da Fazenda Brandina para o novo foi a construção, em parte de sua área, do primeiro *shopping center* do interior do Brasil, o Shopping Center Iguatemi Campinas. O *shopping* foi inaugurado em 6 de maio de 1980.

O projeto de implantação de um *shopping center* em parte da área da Fazenda Brandina passou a ser discutido na FEAC no final da década de 1970, quando a Diretoria Executiva era presidida por Gilberto Prado. Originalmente, os entendimentos foram mantidos com a Construtora Alfredo Mathias S.A., que confirmou o interesse no empreendimento.

O lançamento do Shopping Center Iguatemi Campinas aconteceu em um coquetel no dia 15 de janeiro de 1979, no Hotel Vila Rica, na rua Donato Paschoal, 100, em um evento idealizado para começar a atrair lojistas para o futuro e, na época, um inovador espaço de vendas.

Entretanto, a Construtora Alfredo Mathias passou a enfrentar dificuldades financeiras, e o empreendimento foi transferido para o Grupo La Fonte, sob a direção do empresário Carlos Jereissati. O Grupo La Fonte já era o proprietário do Shopping Center Iguatemi São Paulo, o primeiro do Brasil, construído por Alfredo Mathias e inaugurado em 1966.

O Iguatemi Campinas foi construído tendo a Fundação FEAC como sócia do Grupo La Fonte. Por essa sociedade, a FEAC passou a receber uma porcentagem da movimentação financeira do *shopping*, correspondente a sua participação acionária. Do mesmo modo, passou também a investir no empreendimento, em valores proporcionais a sua participação societária.

Com o sucesso imediato do empreendimento, que passou a atrair consumidores ávidos de Campinas e de toda a região, a renda arrecadada tornou-se a principal fonte de recursos da FEAC, que pôde ampliar os seus investimentos na área social. Estava aberto o caminho para a sustentabilidade financeira da instituição.

Em 1988, foi inaugurado o Hipermercado Eldorado (depois Carrefour), ao lado do Iguatemi, representando uma nova fonte de recursos para a FEAC. Em seus primeiros anos, o Iguatemi e o Eldorado passaram a sediar as feiras de artesanato promovidas pela FEAC e os clubes de mães, como uma sinalização de que a

parceria não ocorreria somente no âmbito financeiro, mas também no das ações sociais. Como já foi visto, o Iguatemi se tornaria um importante parceiro nas ações educacionais promovidas pela FEAC.

Duas expansões do Shopping Center Iguatemi Campinas já foram materializadas com investimentos da FEAC na proporção de sua participação societária. Para viabilizar os recursos necessários ao investimento, a FEAC vendeu áreas de seu patrimônio, onde foram instaladas lojas da Decathlon e da Leroy Merlin. As expansões aconteceram em 2004 e 2015, respectivamente.

Outros empreendimentos realizados na área da Fazenda Brandina foram os condomínios residenciais e de escritórios, sempre com o propósito de arrecadar recursos para a área social e a manutenção da instituição.

Como contrapartida para alguns desses desenvolvimentos imobiliários, a FEAC fez a doação de uma área de 97.350 m² para o município de Campinas, para viabilizar a implantação de um conjunto habitacional destinado a famílias de baixa renda. A infraestrutura do conjunto habitacional, batizado de Vila Lafayette Álvaro em tributo ao benemérito doador do patrimônio, onde passaram a viver 300 famílias originárias de áreas de risco e identificadas em programa da prefeitura, também foi bancada pela FEAC,

que ainda patrocinou cestas básicas para a construção das unidades habitacionais. A regularização dos lotes aconteceu em 2019.

Doações de áreas do seu patrimônio foram igualmente feitas pela FEAC, para a construção da sede do Centro Regional de Atenção aos Maus-Tratos na Infância (Crami) e Associação Oração e Trabalho (APOT), fundada pelo Padre Haroldo Rahm e que hoje leva o nome de Instituto Padre Haroldo.

Em 5 de março de 2020, com a edição do Decreto Municipal nº 20.754, a Prefeitura de Campinas aprovou o Parcelamento do Solo da Gleba Sede da Fazenda Brandina, como parte do mais novo e ousado projeto de desenvolvimento do patrimônio da Fundação FEAC. A Gleba Sede passou a ser denominada Bairro Casarão, como será conhecido o bairro que a FEAC e seu parceiro, o Shopping Center Iguatemi, pretendem que seja o mais sustentável do Brasil, uma inovação semelhante à que ocorreu com o Shopping Center Iguatemi Campinas, o primeiro do interior do país.

A aprovação do empreendimento pela prefeitura aconteceu depois de um processo de duas décadas, contemplando etapas e exigências cumpridas à risca – e muitas vezes além do que a legislação exige – pela FEAC. O itinerário até a aprovação começou em 2001, com o registro do Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (Eia-Rima) do empreendimento.

Foram muitas análises e reuniões com os órgãos públicos municipais e estaduais envolvidos, com o devido acompanhamento da Curadoria das Fundações, do Ministério Público. Finalmente, veio a aprovação, em março de 2020, justamente no mês em que foi declarada a pandemia de Covid-19 pela Organização Mundial da Saúde. Mas a Fundação FEAC, através de sua superintendência patrimonial, com Arnaldo Rezende à frente, e em parceria com o Shopping Center Iguatemi, deu prosseguimento a todas as tratativas para promover o lançamento do Bairro Casarão.

Com o apoio de escritórios de arquitetura e engenharia que assinam projetos arrojados em vários países, foi idealizado um bairro totalmente sustentável em termos de proteção e uso racional de recursos naturais. Houve um estudo detalhado de empreendimentos semelhantes, sediados em várias partes do mundo. O bairro também será equipado com os mais modernos recursos de segurança.

Mas, acima de tudo, de acordo com o que espera a FEAC, será um bairro que promove a convivência e a qualidade de vida. Haverá amplas e arborizadas áreas de lazer, entretenimento e comércio local, incluindo um anfiteatro para *shows* e apresentações teatrais. Serão oferecidos imóveis de várias dimensões. O bairro será totalmente aberto, sem restri-

ções de entrada e circulação.

Há uma alta expectativa, entre os membros dos órgãos diretivos da FEAC, quanto aos recursos que deverão ser arrecadados com o empreendimento, a ser implantado em cerca de 20 a 30 anos. Serão recursos que multiplicarão a capacidade da instituição de investimentos em programas e projetos sociais, em benefício das populações mais vulneráveis socialmente.

Marcos Haaland, membro do Conselho Curador, comenta:

– É uma responsabilidade e um desafio enorme preservar um patrimônio como o da FEAC com transparência, e que ele seja duradouro, gere rendimentos permanentes. O empreendimento previsto para a área patrimonial pode levar a uma ampliação significativa da capacidade de investimento social da instituição.

Paulo Tilkian, presidente do Conselho Curador, acrescenta:

– A FEAC recebeu uma área com localização privilegiada e que hoje tem um *shopping center* como âncora, um sócio com grande competência em sua área. Como fruto dessa parceria, existe agora um empreendimento imobiliário que pode gerar frutos muito importantes para Campinas em termos sociais. Olho com entusiasmo o que pode acontecer.

O novo desenvolvimento imobiliário na Fazenda Brandina deve repercutir em acréscimos consideráveis

no investimento social, mas, ao longo de sua história, a FEAC teve outras fontes de recursos para aplicar na área social, começando pelas contribuições empresariais, como vimos, e pela contribuição individual de funcionários de várias empresas.

Além disso, foram promovidas outras iniciativas, como a Campanha Cartões de Natal FEAC, que juntou arte e ação social. A campanha foi implantada em 1984, na gestão de Gilberto Prado como presidente da Diretoria Executiva e de Luis Norberto Pascoal na Diretoria de Relações Externas e Divulgação. Durante muitos anos, a campanha foi coordenada pela jornalista Joana Ballis, funcionária da FEAC.*

Ao longo de sua trajetória de mais de quatro décadas, o uso sustentável do patrimônio recebido, em benefício das ações sociais em Campinas, só foi possível porque a Fundação FEAC sempre esteve muito atenta ao seu modelo de gestão. Esta é mais uma chave que ajuda a explicar a trajetória de sucesso da instituição.

O engenheiro Leôncio Menezes, ex-presidente da diretoria e atual membro do Conselho Curador, observa:

– Somente recursos materiais ou financeiros não

* Ver mais sobre a Campanha de Cartões de Natal FEAC e outras ações pela geração de recursos para as organizações sociais no livro **FEAC: Biografia de um pacto social**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-40-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.

são suficientes. É fundamental uma boa gestão para uma organização social prosperar. Foi o que aconteceu com a FEAC e que deve continuar no futuro, agora com novas perspectivas para o seu patrimônio. A atenção para a área de recursos humanos, para que pessoas com experiência e motivação estivessem no lugar certo, é uma das razões para o crescimento da FEAC. Isso é fundamental para uma boa gestão.

No caso, o modelo de governança da FEAC foi se transformando e se ajustando à medida que a própria realidade social da cidade e do país foi se modifi-



Paulo Tilkian

cando. Quando foi fundada, em abril de 1964, a governança da FEAC era composta por uma Diretoria Executiva e três conselhos.

O Conselho Deliberativo era integrado pelos fundadores da própria FEAC e da Fundação Odila e Lafayette Álvaro, além de outros membros da comunidade que atuaram no movimento que levou à criação institucional. Depois, o órgão foi denominado Conselho Curador, que chegou a ser vitalício, em seguida houve um provisório e atualmente é apenas Conselho Curador.

O Conselho Curador sempre foi constituído por membros voluntários, como os pioneiros Eduardo Pimentel e Darcy Paz de Pádua, e, assim como eles, com perfil de atuação empresarial em termos profissionais e humanistas, em termos pessoais.

É o caso, por exemplo, de Antonio Orlando, presente na história da instituição desde que participou da reunião histórica em que o casal Odila e Lafayette Álvaro selou a doação da Fazenda Brandina para a FEAC. Outro voluntário histórico na FEAC é o psicólogo Saulo Monte Serrat, membro durante muitos anos do Conselho Curador e exemplo de compromisso com a justiça social.

Ainda no momento de fundação, havia o Conselho de Contribuintes, com representantes das empresas e outras organizações e pessoas que contribuíam

financeiramente com o Fundo Unido da FEAC ou com outras formas de suporte. É o caso da Bendix do Brasil, dirigida por Eduardo Pimentel, da Clark, da Singer e do Curtume Cantusio. E também de cidadãos como Ruy Rodriguez, presidente da ACIC, e do advogado e jornalista Francisco Isolino Siqueira, que contribuiu muito com a divulgação da nova instituição social. Este conselho durou alguns anos.

O terceiro conselho no momento de fundação foi o administrativo, constituído por representantes das entidades sociais filiadas. O órgão depois passou a se chamar Conselho das Entidades Filiadas (CEF), com reuniões mensais, nas quais eram discutidos temas relevantes para o conjunto das organizações. O CEF foi substituído, a partir de 2017, pelo Conselho da Federação de Entidades Parceiras (CFEP), em função do novo formato de relação com organizações sociais adotado pela FEAC.

Nos primeiros anos, os funcionários se reportavam diretamente à Diretoria Executiva. Cargos de coordenação são mais recentes na história da instituição.

Em 1997, no mandato de Luís Norberto Pascoal na presidência da Diretoria Executiva, foi criado o cargo de Superintendente Executivo, uma espécie de CEO para coordenar os trabalhos da FEAC. O primeiro superintendente foi o engenheiro José Luiz Camargo Guazzelli, que permaneceu até o ano 2000.

Na gestão de Guazzelli, foi introduzido o conceito de planejamento estratégico, que a FEAC passou a adotar e a disseminar entre as entidades filiadas. Novas ferramentas de gestão foram aplicadas, como a formulação de planos de metas, a adoção de indicadores e a medição analítica de resultados.

Na gestão de Luis Norberto Pascoal na presidência e José Luiz Guazzelli na superintendência executiva, foram impulsionadas iniciativas como o Prêmio FEAC de Jornalismo, que contribuiu, ao longo de suas 20 edições, para uma forte divulgação da instituição, de suas ideias e programas nos meios de comunicação.

A segunda metade da década de 1990, nas vésperas do emblemático ano 2000, foi o momento da emergência do conceito de terceiro setor, e a FEAC esteve no centro dessa discussão. O terceiro setor aglutinava o conjunto da sociedade civil como forma expressiva frente aos outros dois setores, o do Estado e o das empresas.

As organizações não governamentais (ONGs) surgem como novo espaço para o exercício de uma cidadania ativa, transformadora. O conceito de terceiro setor sempre foi e continua sendo polêmico, mas na época foi um claro sinal de força e empoderamento da sociedade e de suas organizações.

Na prática, a ideia de terceiro setor reunia o melhor dos dois mundos: o serviço público, o interesse da população, que devia ser inerente ao Estado, e a

capacidade resolutiva e de gestão do setor privado. O terceiro setor complementaria a ação do Estado ou atuaria onde este não chegasse, com instrumentos típicos do setor privado, mas a serviço do interesse público, comunitário.

Um dos teóricos que mais influenciaram o debate sobre a importância do terceiro setor foi o austríaco Peter Drucker (1909-2005), considerado um dos pais da administração moderna. “As instituições do terceiro setor são essenciais à qualidade de vida, à cidadania e, na verdade, trazem consigo os valo-



Valério Abros | Acervo FEAC

Luis Norberto Pascoal

res e a tradição da sociedade como um todo”, escreveu Drucker em *Terceiro setor: exercícios de autoavaliação para empresas* (São Paulo: Futura, 2001).

Muitas ideias de Drucker inspiraram membros da gestão da FEAC, que realmente se tornou importante difusora dos paradigmas do terceiro setor. E alguns dos gestores passaram a ser convidados para importantes eventos nacionais e internacionais relacionados à temática.

Em setembro de 1998, Luis Norberto Pascoal foi um dos expositores do IV Encontro Ibero-americano do Terceiro Setor, realizado em Buenos Aires, sob o título geral “Hacia un nuevo contrato social para el siglo XXI”. Entre outros, participou como conferencista na capital argentina o escritor mexicano Carlos Fuentes.

Os encontros ibero-americanos foram importantes fóruns de reflexão e propagação de ideias sobre o terceiro setor. Desde a nona edição, de 2008, em Guayaquil, no Equador, os encontros passaram a se chamar Encontros Ibero-americanos da Sociedade Civil.

Em 2000, a FEAC criou o Fórum Permanente do Terceiro Setor, em parceria com a Fundação Educar DPaschoal e o Senac-Campinas. O fórum teve vários eventos no auditório da FEAC. Posteriormente, o fórum se transformou no Fórum de Entidades Sociais, com a parceria da Facamp e da Oficina 3.

Ainda em 2000, a FEAC lançou o Glossário do

terceiro setor. Produzida pelo Núcleo de Imprensa, a publicação reúne as principais expressões e nomenclaturas relacionadas ao terceiro setor, além de incluir os interesses das principais organizações não governamentais atuantes no Brasil.

O superintendente-executivo José Luiz Guazzelli também participou de um evento internacional de destaque. Ele esteve na 29ª Conferência Anual da Associação de Pesquisas sobre Organizações Não Governamentais e Ação Voluntária (Arnova), realizada em novembro de 2000, em New Orleans, Louisiana, Estados Unidos. Guazzelli apresentou o *paper* “Novas estratégias – Subsídios ao terceiro setor”, que reúne propostas formuladas com base nas transformações em curso na cultura interna da FEAC.

A partir de 2001, a Superintendência Executiva passou a ser ocupada pelo engenheiro Arnaldo Rezende. Durante a sua gestão, foram introduzidas novas mudanças no sistema de gestão, em resposta às profundas modificações verificadas na ação social no Brasil, decorrentes da implantação do Sistema Único da Ação Social (SUAS). Os efeitos foram superlativos na estrutura e gestão da FEAC e entidades então conveniadas, que passaram a ter seu trabalho regulamentado pelo novo modelo implementado pelo SUAS.

De fato, o novo ambiente legal derivado do SUAS gerou forte mobilização e reflexão internas na FEAC para

viabilizar os ajustes necessários. Sob a coordenação de Arnaldo Rezende, foi promovida uma reestruturação administrativa, com a criação de novos serviços para as entidades, visando a sua adaptação ao inovador modelo proposto pelo Sistema Único da Ação Social, decorrente da Política de Assistência Social prevista na Constituição de 1988, nos artigos 203 e 204.*

A adaptação das entidades sociais à nova realidade estabelecida pelo SUAS tornou-se imperativa, e foi nessa conjuntura que a FEAC desempenhou papel estratégico no suporte às organizações então conveniadas da instituição. Como explicou o superintendente executivo naquele momento, Arnaldo Rezende: “Com o SUAS, entramos em um ambiente totalmente regulamentado na ação social, e a FEAC teve que se preparar para a nova realidade”. E assim foram promovidas várias mudanças no modelo de gestão da FEAC, para dar o apoio necessário às modificações nas entidades conveniadas demandadas pela nova era, caracterizada pela assistência social como política pública, de Estado.

Uma das características do SUAS é o repasse de recursos federais e públicos, em geral, para as entidades parceiras do sistema, e, nesse cenário, são essenciais a transparência nos gastos e a contínua prestação de

contas pelos gestores. Essa foi uma das preocupações da FEAC na capacitação das entidades conveniadas para o momento novo inaugurado pelo SUAS. A adaptação estatutária das entidades, de modo a se adequarem às normas do SUAS, foi outra preocupação da FEAC, além das medidas para que as organizações mantivessem ou obtivessem o Certificado de Entidade Beneficente de Assistência Social (Cebas), condição essencial para o recebimento de benefícios e, portanto, para a sua sustentabilidade.

As entidades conveniadas também tiveram de fazer as adaptações necessárias para poder assumir as funções de outras instâncias previstas no SUAS, que são o Programa de Atenção Integral à Família (PAIF) e o Serviço de Proteção e Atendimento Especializado às Famílias e Indivíduos (PAEFI).

Houve então um grande esforço da FEAC para se reestruturar de modo a poder contribuir da melhor forma com as entidades conveniadas na época para o ajuste às normas do SUAS. Isto ocorreu entre a segunda metade da década de 2000 e a primeira metade da década de 2010.

Com os ajustes feitos e o SUAS plenamente implantado, e diante da nova realidade interna, a FEAC con-

* Ver mais sobre o processo histórico de implantação do SUAS no livro **FEAC 50 anos: uma história de inovação e solidariedade**. Disponível em: <https://feac.org.br/portfolio-items/feac-50-anos-2/?portfolioCats=3105>. Acesso em: 10 jun. 2022.

tinuou implementando a atualização de seu modelo de governança. Mais recentemente, na gestão de Paulo Tilkian como presidente da Diretoria Executiva, a Superintendência Executiva foi dividida em duas: a Superintendência Socioeducativa, relacionada às atividades-fim da FEAC, e a Superintendência Patrimonial e Administrativa, para cuidar das áreas administrativa e patrimonial, um imperativo diante do grande empreendimento do Bairro Casarão. Essa divisão significou um grande salto no novo modelo de gestão da FEAC, com o fortalecimento da área socioeducativa, responsável pela missão da instituição. Paulo Tilkian comenta:

– Foi uma mudança necessária essa, na forma de gestão da FEAC. O projeto de desenvolvimento imobiliário das terras da instituição tem uma dimensão que demandava maior atenção. Assim, foi criada uma superintendência específica para cuidar das áreas patrimonial e administrativa. E a Superintendência Socioeducativa passou a atuar especificamente na finalidade da FEAC, que é de apoiar projetos destinados a reduzir a vulnerabilidade social em Campinas.

O primeiro superintendente socioeducativo foi Leandro Pinheiro, e, desde 2019, está no cargo Jair Resende, que tem uma longa trajetória na área de investimento social privado. Atuou, por exemplo, em programas na Amazônia, no Nordeste e em países africanos e foi Superintendente no Instituto

Camargo Corrêa. O superintendente patrimonial é o engenheiro Arnaldo Rezende, que tem coordenado todo o processo legal e técnico relacionado ao futuro Bairro Casarão.

Uma importante modificação na governança da Fundação FEAC nos últimos anos foi na relação com as entidades sociais. Inicialmente, as entidades eram filiadas à federação e, depois, passaram a ser conveniadas.

Mais recentemente, e precisamente a partir de 2018, a FEAC passou a apoiar projetos das organizações identificadas através de editais abertos com uma determinada finalidade, de acordo com os eixos de atuação da instituição e respectivos programas.

São dez programas, nas mais diversas áreas. No Eixo Empoderando Populações Vulneráveis, são implementados os programas: Acolhimento Afetivo, Educação, Enfrentamento a Violências, Juventudes, Mobilização para Autonomia e Primeira Infância em Foco. No Eixo Potencializamos Territórios, os programas promovidos são: Desenvolvimento Territorial e Fortalecimento de Vínculos. E, no Eixo Impulsionamos Organizações, são realizados os programas: Cidadania Ativa e Qualificação da Gestão.

Essa mudança estratégica foi deliberada com o propósito de diversificar as áreas de investimento social, ampliar as parcerias com organizações e identificar projetos com impactos que podem ser monitorados e



avaliados, visando resultados transformadores. Trata-se de medidas imperativas diante de desafios sociais cada vez mais complexos, e que foram agravados com a pandemia de Covid-19.

O presidente da Diretoria Executiva na época de implantação do novo modelo de relacionamento com as organizações sociais, agora parcerias, era Paulo Tilkian, um profissional que passou a colaborar com a gestão da FEAC, cujo perfil é semelhante ao de outros voluntários. Engenheiro, ele trabalhou por muito tempo na Rigesa, importante empresa na região de Campinas, tendo chegado à presidência, onde permaneceu por alguns anos.

Aposentado, ele passou a atuar voluntariamente no Grupo Primavera, aproximando-se então da FEAC. Convidado, passou a integrar a Diretoria Executiva e agora é membro do Conselho Curador. Ele comenta as mudanças no formato de relação com as entidades parceiras:

– A mudança foi motivada pelo desejo de que a FEAC contribuísse para a efetivação das transformações sociais necessárias em áreas de vulnerabilidade social, onde os desafios se agravaram. E os resultados são mais eficazes quando existem recursos e objetivos definidos para um determinado projeto. Assim é possível medir uma efetiva aplicação dos recursos de forma mais técnica. Enfim, é uma forma mais efetiva

de provocar a transformação social.

Paulo Tilkian nota que esse novo modelo de atuação e relação com as organizações sociais passou a ser implementado de forma gradual. Em uma fase de transição, as organizações vinculadas historicamente à FEAC receberam capacitação na elaboração de projetos e também houve a continuidade de repasses, em volumes menores, até uma completa aplicação do novo sistema, de apoio a projetos ligados a editais/programas com objetivos precisos.

Superintendente Executivo quando foi discutida a transformação no modelo de relação da FEAC com as organizações sociais, Arnaldo Rezende detalha:

– A FEAC fez, na época, um amplo diagnóstico e verificou que, no mapa de vulnerabilidade de Campinas, existiam territórios e situações que demandavam intervenções mais efetivas e transformadoras. Então, a FEAC identificou a necessidade de escolher questões prioritárias para receber investimentos e que poderiam ser tratadas por meio de ações previstas em editais. A FEAC buscava então aglutinar parceiros para que as ações fossem executadas por meio de projetos com começo, meio e fim, avaliados e monitorados, visando maior efetividade.

Responsável pela Superintendência Socioeducativa já no período de aplicação do novo perfil de relacionamento com as organizações da sociedade civil,



Jair Resende assinala:

– A FEAC não mudou o seu papel, que sempre foi o de atuar pelos direitos das populações mais vulneráveis. O que mudou foi a prática de se fazer isso. A FEAC nunca atuou diretamente, mas através das organizações sociais, e isso também continua. Agora, por meio de editais e dos programas com objetivos específicos para reduzir a vulnerabilidade nos territórios de atuação das organizações parceiras.

Resende também evidencia a fase de transição para o novo modelo no sentido de formação das organizações em ferramentas adequadas, para que elas apresentem seus projetos e atuem na cocriação de iniciativas, sempre direcionadas para reduzir a vulnerabilidade nos territórios. O processo de transição será encerrado em 2023, mas as ações considerando o modelo de programas e editais já estão em pleno funcionamento.

Para garantir processos de monitoramento, avaliação e gestão dos projetos em constante aprimoramento, foi constituído um Núcleo de Inteligência, composto por profissionais multidisciplinares com reconhecido histórico no setor. Diante das rápidas transformações sociais em curso, a direção da FEAC considerou ser fundamental buscar uma abordagem diferenciada e impactante de seu investimento social, de modo a obter resultados sistêmicos e estruturais

das ações, ampliando o universo das populações vulneráveis atingidas e os territórios de incidência.

Com esse novo perfil de investimento social, foram apoiadas 178 iniciativas em 2019. Em 2020, primeiro ano da pandemia, foram apoiados 127 projetos, envolvendo 76 organizações, em benefício de 80 mil pessoas de territórios de alta vulnerabilidade social. Foram atingidas 15 Regiões de Vulnerabilidade Social (REVS) e 256 microrregiões na metodologia desenvolvida pela Fundação FEAC, sendo 26.740 por meio da Campanha Mobiliza Campinas, de combate à fome.

Além da Mobiliza Campinas, e em sintonia com os eixos programáticos da instituição, foram identificados projetos para mitigar os impactos da pandemia. No caso do incremento do desemprego, e consequente diminuição da renda familiar, foi implementado, por exemplo, o Projeto Tempo de Empreender.

Foram atendidos dois perfis de cidadãos: os que perderam o emprego e projetaram iniciar um negócio próprio e pequenos empreendedores que foram igualmente afetados pela crise sanitária. Duas organizações foram escolhidas para identificar possíveis participantes do projeto: M.A.E. Maria Rosa, na região dos Amarais, e Projeto Há Esperança, no Parque Oziel, dois territórios de alta concentração de famílias de baixa renda, as mais atingidas pela pandemia em termos econômicos.



Os empreendedores identificados participaram então de uma segunda etapa, a de formação, que ficou a cargo do Instituto Meio, especialista nessa área. A formação Quero Aprender foi dedicada aos empreendedores novatos e a Empreender Juntos, aos cidadãos que já tinham seus pequenos negócios. Foram feitas 290 inscrições e 174 participantes concluíram as formações.

Em uma terceira etapa entrou em campo a Firgun, uma plataforma especializada em facilitar o acesso ao microcrédito para empreendedores de baixa renda. Na quarta etapa, com os microcréditos concedidos e implementados nos negócios, as organizações parceiras nos territórios executaram o monitoramento, acompanhando, informando e tirando dúvidas dos beneficiados.

Outra consequência brutal da pandemia, o encerramento das atividades presenciais nas escolas, foi igualmente considerada no portfólio de projetos apoiados pela FEAC no primeiro ano da crise sanitária. De modo específico, foi pensada uma estratégia para viabilizar o acesso à internet de crianças e adolescentes que não contavam com o serviço ou não tinham condições de pagar por ele.

Nesse sentido, foi desenvolvido o Projeto Família ON, desenvolvido em parceria com a organização social Alô Social e o Projeto Mães da Favela ON, da Central Única das Favelas (CUFA). A iniciativa con-

sistiu na distribuição, a partir de dezembro de 2020, de 5 mil *chips* de celulares em 16 regiões de alta vulnerabilidade social no município.

Os beneficiados passaram a ter acesso gratuito à internet por seis meses, com impacto altamente positivo no acesso às aulas remotas e também para facilitar o contato no caso de empregos informais ou pequenos negócios. A busca de novas alternativas de emprego e o acesso ao cadastro no Bolsa Família foram outros resultados positivos do Família ON, que se tornou uma das mais relevantes ações de conectividade em comunidades vulneráveis no Brasil, no contexto desafiador da pandemia.

Tempo de Empreender e Família ON são dois exemplos que ilustram o novo formato de investimento social adotado pela FEAC, de apoio a projetos de alto impacto e baseados em evidências, que possam ser monitorados, avaliados e eventualmente aprimorados de acordo com os resultados.

Lidando com empreendimentos que demandam um detalhado e profundo planejamento ao longo de sua trajetória profissional, o engenheiro Paulo Tilkian, presidente do Conselho Curador da FEAC, comenta sobre essa nova perspectiva de investimento social pela instituição:

– Eu vejo como algo muito auspicioso essa mudança, de apoio a projetos com início, meio e fim, que



possam ser bem planejados e acompanhados. Sozinha, a FEAC não vai fazer a transformação social de que Campinas precisa, mas ela pode contribuir muito, e entendo que, com a situação social cada vez mais complexa, essa forma de atuação, de apoio a projetos muito específicos para áreas vulneráveis, pode ser muito eficaz.

Ex-presidente da Diretoria Executiva, o conselheiro Antonio Carlos de Moraes Salles Filho, o Tuti, avalia o conjunto das mudanças na governança da FEAC nos últimos anos:

– Por inspiração do Luis Norberto Pascoal, o conselho foi instigado, desde a primeira metade da década de 2010, a pensar como seria a FEAC nos próximos 25, 30 anos, qual seria o seu papel na comunidade. Campinas cresceu muito, hoje é uma metrópole, com riqueza, mas também muitos desafios. Então era preciso mudar. A FEAC deu um grande apoio para o fortalecimento das entidades, para que elas aprimorassem sua gestão, buscassem formas de maior autonomia. Agora, a FEAC tem procurado atuar com muito foco e, com auxílio de pesquisas, identificar onde estão as carências, agindo, a partir daí, para mobilizar parcerias e mitigar essas carências.

O superintendente socioeducativo Jair Resende nota que têm sido muito positivos os impactos da nova forma de atuação da FEAC:

– Um resultado muito positivo é que a FEAC passou a ter informações precisas a respeito do impacto real de seu investimento. Através das organizações, os investimentos da FEAC são feitos de forma complementar ao que é destinado pelo poder público, por meio das políticas públicas. As organizações também estão mais preparadas para atuar em parceria com outras organizações, o próprio poder público e a FEAC.

Resende salienta que outro impacto do novo modelo de atuação da FEAC tem sido o de ampliação da rede de organizações parceiras da instituição. “Novos conheci-



Antonio Carlos de Moraes Salles Filho

mentos são gerados, ocorre um intercâmbio maior de informações e saberes, e, com tudo isso, o impacto nos territórios de maior vulnerabilidade social é mais efetivo”, diz ele. O superintendente acrescenta que, no novo modelo de atuação, é incrementado o uso de dados, indicadores, evidências, estudos e diagnósticos, sempre na busca de concretas transformações nos territórios de maior vulnerabilidade social de Campinas.

Paulo Tilkian, atual presidente do Conselho Curador da FEAC, está animado com as possibilidades de transformação social em territórios de vulnerabilidade de Campinas, abertas com o novo modelo de gestão da instituição e de relação com as organizações da sociedade civil:

- Os primeiros resultados são animadores, mas é possível avançar ainda mais. Com novas parcerias e alianças e com projetos bem pensados, elaborados e executados, é possível alcançar transformações mais efetivas nos territórios de vulnerabilidade social.

Atual presidente da Diretoria Executiva, Renato Nahas concorda com a opinião de Tilkian e acrescenta:

- A redução das vulnerabilidades e desigualdades em determinados territórios depende da ação de redes comunitárias locais. De algum modo, é o que a FEAC sempre fez em Campinas e está fazendo agora, com um novo formato. As perspectivas são muito positivas diante dos resultados já alcançados pelo novo formato de atuação.

- A FEAC é muito séria, honesta, tem um trabalho espetacular na comunidade. Tem seus altos e baixos, como qualquer organização, mas sempre buscou o melhor, e a sua preocupação com a transparência é total. Para quem atua no mercado, isso é fundamental, gera confiança e credibilidade.

Paulo Pinese conta que, há tempos, recebia convites para integrar o Conselho da FEAC, o que não era possível em função de suas atividades na auditoria da instituição. Mas o quadro mudou quando a Arthur Andersen deixou de ser uma empresa de auditoria no



Arquivo FEAC

Renato Nahas

Brasil e ele se transferiu para a Deloitte, o mesmo ocorrendo com outro profissional, Edgar Jabbour. Ambos permaneceram na Arthur Andersen de 1987 a 2002, transferindo-se depois para a Deloitte.

Atualmente, tanto Pinese como Jabbour integram o Comitê de Auditoria criado pelo Conselho Curador para ajudar na administração da FEAC, tendo em vista os desafios que representa o desenvolvimento imobiliário previsto com o Bairro Casarão. Jabbour afirma, sobre esse momento novo para a FEAC:

– Serão muitos desafios, mas novos recursos serão gerados para a área social e aplicados de forma muito profissional, buscando muita eficiência. A FEAC não compete com o poder público, ela o complementa. E, assim, tem buscado agir na gestão de seu patrimônio e da própria instituição, com a participação voluntária de pessoas com muita bagagem e que vieram de várias áreas, da indústria, do comércio, dos serviços, e cuja experiência somada pode contribuir muito para uma gestão cada vez melhor. Apesar dos grandes desafios, vejo o futuro com muito otimismo.



Paulo Pinese



Edgar Jabbour

VISÃO DE FUTURO E DESAFIOS PARA A FEAC NO PÓS- -PANDEMIA DE COVID-19

“**A** FEAC *terá que ser mais forte que antes.*” A frase, em referência ao papel da organização no pós-pandemia, é de alguém que conhece a Fundação FEAC antes mesmo de ela ter nascido: o engenheiro e advogado Eduardo de Barros Pimentel, condutor do movimento que resultou em um novo modelo de atuação social e que, por isso, despertava esperança, mas, ao mesmo tempo, eventuais questionamentos sobre como poderia, justamente pela novidade, operar com resultados práticos.

Ao longo de 58 anos, a FEAC se consolidou como um exemplo de investimento social transformador, com base nas chaves apontadas neste texto: o enraizamento na comunidade, o compromisso de seus gestores com o bem comum, a atuação cuidadosamente planejada

e fundamentada em estudos e pesquisas da realidade social, o fomento ao voluntariado como premissa de uma cidadania ativa, o foco na promoção dos direitos da criança e do adolescente, a busca do uso sustentável de seu patrimônio e uma atenção redobrada para a arquitetura de uma governança eficiente e realizadora, aberta a inovações, conforme o cenário social exige.

Tudo isso em uma cidade com vocação para o novo, que brilha quando é ousada e solidária: a Campinas que viu as primeiras experiências em fotografia com Hercule Florence, que abraçou a estruturação de um dos mais importantes polos científicos e tecnológicos da América Latina desde a inauguração da Estação Agronômica Imperial, depois Instituto Agronômico, que foi um dos vértices do movimento republicano e que foi exemplo

de luta democrática durante o regime militar.

Com uma logística privilegiada e outros recursos singulares, Campinas tornou-se uma das cidades mais ricas do país. O PIB Municipal de 2019, divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2021, apontou Campinas como a terceira cidade com maior densidade econômica no país, de R\$ 87 milhões por quilômetro quadrado, atrás somente de São Paulo (R\$ 175 milhões/km²) e Rio de Janeiro (R\$ 97 milhões/km²).

Entretanto, essa mesma Campinas, oficializada como metrópole pelo IBGE em 2020, apresenta em seu território uma alta desigualdade econômica, o que está na base, nos alicerces, de seus múltiplos desafios sociais. São diversos bolsões de pobreza, não muito longe de alguns dos bairros com maior renda *per capita* do país.

Essa assimetria em termos de renda havia sido apontada, entre outros estudos, pelo *Atlas do Desenvolvimento Humano*, divulgado em 2015 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro (FJP).

De acordo com o atlas, Cambuí/Centro, Parque Prado e outros nove bairros de Campinas estão entre aqueles com maior Índice de Desenvolvimento Humano Municipal em termos de renda no Brasil. O Índice

de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) é composto pelos índices relativos a Longevidade, Educação e Renda. O IDH-Renda do Cambuí/Centro, Parque Prado e outros nove bairros de Campinas é de 1,000, o máximo na escala considerada para compor o IDHM. Os outros nove bairros com IDHM-Renda de 1,000 em Campinas são Residencial Paineiras, Alphaville Campinas, Barão do Café/Parque Rio das Pedras, Condomínio Plaza Tower, Paineiras, Estância Paraíso, APA/Campinas/Jardim Botânico/Colinas do Ermitage/Jardim Atibaia, Vila Verde/Madalena/Anhumas/Alphaville D. Pedro e Bairro das Palmeiras/Gramado/Alto da Nova Campinas/Notre Dame.

Em termos do IDHM geral, somando-se as três dimensões, de Longevidade, Educação e Renda, os bairros com maior Índice de Desenvolvimento Humano em Campinas e em toda a Região Metropolitana de Campinas são Alphaville Campinas, Barão do Café/Parque Rio das Pedras, Condomínio Plaza Tower, Paineiras, Estância Paraíso, APA/Campinas/Jardim Botânico/Colinas do Ermitage/Jardim Atibaia, Vila Verde/Madalena/Anhumas/Alphaville D. Pedro, Bairro das Palmeiras/Gramado/Alto da Nova Campinas/Notre Dame e Parque Prado. Todos esses bairros/regiões, denominados Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) no atlas, apresentam IDHM de 0,954, um dos mais altos do Brasil.

Por outro lado, as UDHs com menor IDHM na Região Metropolitana de Campinas são Residencial São Luís, Núcleo Residencial Parque Campinas I, Conjunto Habitacional Olímpia, Núcleo Residencial Jardim Eulina, Núcleo Residencial Chico Amaral, Parque Oziel/Monte Cristo, Núcleo Jardim Boa Esperança, Núcleo Satélite Iris, Núcleo Jardim Maracanã, Jardim São Sebastião, Cidade Satélite Íris, Núcleo Cristo Redentor, Jardim Paulicéia e Núcleo Residencial Jardim Santa Lúcia. Todas essas UDHs têm IDHM de 0,636.

Note-se que o *Atlas do Desenvolvimento Humano* foi construído com dados dos censos demográficos de 2000 e 2010, mas o Censo de 2022, atualmente em desenvolvimento, deve ratificar a mesma disparidade de renda apontada naqueles anos. Os próprios estudos promovidos pela FEAC, para orientar suas ações no início da pandemia de Covid-19, identificaram entre os territórios de alta vulnerabilidade social em Campinas muitos daqueles citados no atlas do PNUD. São os territórios de vulnerabilidade prioritários para atuação e aplicação de investimentos da FEAC, no seu novo modelo de relação com as organizações da sociedade civil.

O incremento da desigualdade é uma das consequências concretas e cruéis da pandemia. A ONU acredita que a queda da pobreza extrema, que vinha sendo uma tendência desde o ano 2000, será revertida nos

próximos anos. Estudo do Instituto Mundial de Pesquisa em Economia do Desenvolvimento das Nações Unidas alertou que a pandemia de Covid-19 pode incrementar a pobreza global em até meio bilhão de pessoas, ou 8% da população total. O estudo “Estimates of the impact of Covid-19 on global poverty” [Estimativas do impacto da Covid-19 na pobreza global], de abril de 2020, foi assinado por Andy Sumner, Chris Hoy e Eduardo Ortiz-Juarez.

Por sua vez, o Fundo Monetário Internacional (FMI) estima uma perda de, ao menos, US\$ 10 trilhões até o final de 2021 e, ao menos, US\$ 22 trilhões até 2025, na maior crise econômica desde a Grande Depressão dos anos 1930, que se seguiu ao *crash* da Bolsa de Nova York, em 1929.

Entre outros efeitos da pandemia, o Unicef estima que, pelo menos, 10 milhões de meninas vão se casar prematuramente nos próximos anos.

Efetivamente, a pandemia exacerbou a profunda desigualdade social existente no Brasil, tão visível nas áreas metropolitanas e densamente povoadas como Campinas. É o que mostram alguns dos primeiros estudos e análises já divulgados sobre os impactos da crise sanitária no país.

Por um lado, esses estudos mostram como alguns segmentos econômicos continuaram vigorosos ou até cresceram no contexto da pandemia. É o caso da indús-

tria farmacêutica, que projetava fechar 2021 com um crescimento de 14% em relação ao ano anterior. Esta era a expectativa do Sindicato da Indústria de Produtos Farmacêuticos (Sindusfarma), de acordo com reportagem de 29 de dezembro de 2021 do jornal *Valor Econômico*, assinada por Mônica Scaramuzzo e Ana Paula Machado.

Do mesmo modo, a exportação de soja estimada em 2021 era de 86,88 milhões de toneladas, 5,6% a mais que em 2020, o que representaria um novo recorde histórico, segundo a Associação Nacional dos Exportadores de Cereais (Anec), em reportagem também publicada em 29 de dezembro no *Valor Econômico*, com assinatura de José Florentino.

Por outro lado, são vários os indicadores confirmando que a pandemia foi cruel para os segmentos populacionais mais vulneráveis. A Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD Contínua) divulgada pelo IBGE em 28 de dezembro de 2021, referente ao trimestre encerrado em outubro, revelou que estavam desempregados 13 milhões de brasileiros, 12,1% da mão de obra do país, o que significava uma melhoria em relação aos 14,8% do trimestre de fevereiro a abril. No entanto, a mesma PNAD Contínua revelou que, no trimestre concluído em outubro de 2021, o trabalhador brasileiro havia obtido a menor renda média (de R\$ 2.449,00) da série histórica iniciada em 2012.

Um dos esperados efeitos nefastos da pandemia foi o agravamento do quadro de insegurança alimentar no país, espelhado em cenas como a de uma fila de pessoas para comprar osso em um açougue ou as ocupações de supermercados, em várias capitais estaduais, por cidadãos, sobretudo mulheres, em busca de cestas básicas para suas famílias.

Alguns números já divulgados ratificam a certeza de que o combate à fome se tornou um dos grandes desafios no âmbito da pandemia e que deve permanecer como um objetivo concreto da sociedade civil no pós-pandemia.

Na área da Educação, as repercussões da pandemia também foram trágicas para os direitos das crianças e dos adolescentes, foco central da Fundação FEAC ao longo de sua história. Uma análise do Todos pela Educação, com base nos dados da PNAD Contínua do IBGE do segundo trimestre de 2021, já sinalizou alguns sintomas devastadores, incrementando muito os desafios para o Brasil atingir uma educação de qualidade igualitária.

A nota técnica “Taxas de atendimento escolar da população de 6 a 14 anos e de 15 a 17 anos” revelou que, como um dos efeitos do fechamento das escolas por tempo prolongado, foi registrado um enorme aumento, de 171%, de crianças e jovens de 6 a 14 anos que estavam fora das unidades escolares, na comparação com o mesmo período de 2019.

Na prática, 244 mil crianças e jovens dessa faixa etária não estavam matriculados ao final do segundo trimestre de 2021. Trata-se de um contingente equivalente a 1% do total dessa faixa etária, o que significa a maior taxa verificada desde 2015. A nota técnica do Todos pela Educação alertou igualmente para a “elevação significativa do número de crianças que, em idade para estarem no Ensino Fundamental (6 a 14 anos), estavam na Pré-Escola (702,7 mil em 2021, ante 396,8 mil em 2019). Com a elevação do número daqueles que estão fora da escola ou frequentando a Pré-Escola, o percentual de crianças e jovens de 6 a 14 anos matriculados no Ensino Fundamental (ou no Ensino Médio, no caso daqueles que já concluíram o 9º ano) chegou a 96,2%, o menor valor desde 2012. “Em 2019, essa taxa era de 98,0%”, acrescentou a nota técnica, apontando então para retrocessos no cenário da pandemia.

Na mesma nota técnica, o Todos pela Educação observa que, no caso dos jovens de 15 a 17 anos, com base nos dados do segundo trimestre de 2021, “permaneceu a tendência de queda no percentual daqueles que estão fora da escola, chegando a 4,4% no 2º trimestre deste ano. Tivemos, no segundo trimestre deste ano, 407,4 mil jovens de 15 a 17 anos fora da escola, sem ter completado o Ensino Médio, menos do que os 486,2 mil de 2020 e dos 679,8 mil de 2019”.

Contudo, o Todos pela Educação adverte que “houve aumento no número de jovens de 15 a 17 anos que estavam frequentando etapas educacionais anteriores (Ensino Fundamental regular, EJA do Fundamental ou Alfabetização de Jovens e Adultos): de 1,6 milhão em 2020 para, aproximadamente, 1,9 milhão em 2021”. Mais um retrocesso, sinalizando mais um robusto desafio a ser superado.

Todos esses efeitos da pandemia, com certeza, também ocorreram em Campinas, mas outros números já consolidados sobre o cenário local confirmam a imensidão de desafios que a cidade terá que superar em decorrência da crise sanitária.

No dia 29 de dezembro de 2021, a Secretaria Municipal de Assistência Social, Pessoa com Deficiência e Direitos Humanos de Campinas divulgou os resultados de uma nova contagem da população em situação de rua no município. E a contagem revelou a existência de 932 pessoas em situação de rua em uma das cidades mais ricas do país ao final do segundo ano de pandemia, o que significa um aumento de 13,4% em relação aos 822 cidadãos nessa condição ao final de 2019, ou de cerca de 40% em relação aos 563 identificados em 2015.

Um dado relevante da pesquisa foi o de que 29% dos cidadãos em situação de rua identificados ao final de 2021 declararam ter nascido em Campinas.

Ou seja, um terço das pessoas nessa situação foram para as ruas por condições adversas ocorridas em seu próprio local de nascimento, como mais um indicador da magnitude dos desafios sociais na cidade.

Outro dado inquietante foi o de que 20% declararam estar em situação de rua há mais de 10 anos e 14,6%, de 5 a 10 anos. A pesquisa indicou ainda a baixa escolaridade entre as pessoas em situação de rua em Campinas: 42% disseram ter o Ensino Fundamental incompleto. Outro dado foi que 45,1% se declararam pardos; 29,2%, brancos; 23,9%, pretos; e 1%, da raça amarela.

A face mais dilacerante da pandemia, aquela do número de casos e óbitos por Covid-19, confirmou outros desafios superlativos a superar. No dia 18 de julho de 2022, eram 246.423 casos registrados em Campinas, com 5.196 óbitos. O total de casos significa que cerca de um terço da população pode ter tido ao menos um caso na família, representando angústia, medo e muita incerteza quanto ao futuro.

Os 5.196 óbitos indicam, igualmente, milhares de famílias que passaram por uma dor incomensurável. Famílias que nem puderam se despedir de seus entes queridos, pelas medidas de restrição impostas pela pandemia. Desse total, a grande maioria de óbitos foi de pessoas com 60 anos ou mais, em grande parte com comorbidades. Essa proporção,

refletindo padrão semelhante em todo o país, ratifica a urgência de construção de estratégias consistentes e serviços públicos mais eficientes para a garantia de um desenvolvimento humano integralmente saudável como base para um envelhecimento ativo, lembrando que a população brasileira é uma das que mais está envelhecendo no planeta, embora a expectativa de vida deva ter diminuído em, pelo menos, dois anos com a pandemia.

O mundo será outro depois da pandemia de Covid-19. E a FEAC “terá que ser mais forte que antes”, como disse Eduardo de Barros Pimentel, que, assim como os demais membros do Conselho Curador da instituição, está ciente de que os desafios serão ainda maiores daqui em diante.

Um dos idealizadores da FEAC, Pimentel reitera qual deve ser, na sua opinião, o papel da instituição nos próximos anos:

– A superação dos efeitos da pandemia dependerá de ações coletivas muito fortes, estratégicas, planejadas. Com sua história e a relevância que alcançou na comunidade de Campinas, a FEAC tem condições de contribuir muito nesse sentido, atuando com a comunidade em geral.

Outro líder do movimento que levou à constituição da FEAC, Darcy Paz de Pádua também entendia que a pandemia levou a uma nova era, com novos pa-

radigmas no horizonte e profundas repercussões na área social. Ele não tinha dúvidas sobre os efeitos da pandemia:

– Passamos por um *tsunami*, estamos em uma terra arrasada que é preciso reconstruir. Precisamos mudar vários conceitos na área social.

O agravamento da desigualdade social foi um dos efeitos da pandemia, como já sinalizam vários estudos. Sobre o papel da FEAC neste contexto, Dr. Darcy projetava:

– Sempre com o foco prioritário nos direitos da infância e juventude, a FEAC, diante da nova realidade, deve buscar fortalecer a ação em rede para as mudanças sociais necessárias, considerando uma constelação de atividades com vários parceiros. Ver quais as demandas de cada bolsão de pobreza, de cada área de vulnerabilidade, e estimular as parcerias e ações voluntárias que podem levar a transformações efetivas.

Ex-presidente da Diretoria Executiva, profissional experiente na gestão empresarial, como os demais membros do Conselho Curador, o engenheiro Leônicio Menezes aponta outras possíveis frentes de atuação para a FEAC no pós-pandemia:

– A FEAC pode contribuir muito com o fortalecimento das organizações sociais, para que elas possam atuar da melhor forma possível, e com a melhor go-

vernança, em seus territórios, aplicando recursos de forma eficiente. Serão necessárias novas lideranças, conscientes da importância do trabalho voluntário.

Também ex-presidente da Diretoria Executiva e ex-presidente mundial de uma empresa importante, Edmir Bertolaccini dá a sua opinião sobre os desafios que a FEAC tem pela frente, no cenário do pós-pandemia:

– A FEAC terá que buscar mais parcerias, e isso é possível, como foi demonstrado na campanha de combate à fome durante a pandemia. Mais parceria, mais voluntariado, mais disposição para ajudar a comunidade é o que se precisa para superar tanto sofrimento gerado pela pandemia.

Atual presidente da Diretoria Executiva, Renato Nahas considera que, de fato, os primeiros resultados do novo modelo de relacionamento com as organizações da sociedade civil em Campinas são promissores. Ele considera, entretanto, que, para que sejam viabilizados os investimentos necessários em ações transformadoras, eficazes, nos territórios de vulnerabilidade social, é preciso ampliar as parcerias e alianças.

Nesse sentido, ele considera muito positiva a tendência cada vez maior de o conjunto do setor privado adotar a chamada agenda ESG, sigla para a expressão inglesa *Environmental, Social and Governance*, que, na prática, significa a adoção pelas empresas de

diretrizes, valores, princípios e metas ambientais e sociais associadas ao seu modelo de governança.

A agenda ou estratégia ESG é mais ou menos equivalente ao conceito de responsabilidade social e ambiental corporativa e implica em compromissos concretos da empresa com a comunidade onde está instalada ou atua. Com o avanço da relevância da agenda socioambiental, por fatores como o agravamento das mudanças climáticas decorrentes de ações humanas, a agenda ESG tornou-se uma “febre” no setor empresarial.

Renato Nahas considera que, neste cenário, a Fundação FEAC pode ampliar o seu arco de parcerias e alianças com o setor empresarial. Mas ele entende que outros setores sociais também podem estar ainda mais próximos da FEAC, em seus propósitos de promover a transformação em territórios de vulnerabilidade social em Campinas. “É importante que a FEAC seja ainda mais conhecida”, ele resume.

O presidente da Diretoria Executiva entende que o resultado de uma das iniciativas da FEAC no cenário da pandemia, de incentivar o empreendedorismo de pessoas que perderam o emprego ou estavam em dificuldades com seus pequenos negócios, se mostra especialmente promissor. “Com um pequeno investimento, as pessoas conseguem ótimos resultados, este é um caminho”, defende Nahas.

Um novo pacto civilizatório será essencial para a construção do mundo pós-pandemia. Se a sociedade estava cada vez mais fluida, cheia de incertezas, líquida, como acentuou Zygmunt Bauman em sua vasta obra, agora as dúvidas e inseguranças serão ainda maiores. Se a sociedade globalizada estava cada vez mais polissêmica, complexa, como avisou Edgar Morin, tudo ficou ainda mais indefinido, intrincado.

Novas relações sociais precisarão ser construídas de forma coletiva; o Estado, que se tornou crescentemente liberal, poroso às influências de um mercado artificial, especulativo, precisará redefinir o seu papel. As políticas públicas terão que ser ainda mais efetivas, transformadoras, impactantes.

Muitas dúvidas e inquietações, tão antigas como a condição humana, foram resgatadas com a pandemia de Covid-19. O que toca o coração das pessoas? O que pode fazê-las mover-se por uma causa? Qual a sua disposição em pensar no coletivo, e não apenas em si mesmas?

Em mais de cinco décadas, pela força da união de múltiplas mãos e uma multidão de afetos, a FEAC respondeu, na prática, a essas perguntas, com iniciativas mobilizadoras, agregadoras e transformadoras. No fatídico panorama configurado por uma das mais graves crises sanitárias da história, ela continuará seguindo o seu destino, de ser uma utopia materializada, unindo sonhos e realizações.



No dia 22 de julho de 2022, a família FEAC e toda a cidade de Campinas ficaram de luto pelo falecimento do Dr. Darcy Paz de Pádua. Um dos grandes nomes na história da FEAC e da ação social em Campinas, o seu legado continuará iluminando e inspirando nos novos tempos. E alegrando também, ele que era muito bem-humorado, sempre com uma sacada rápida e inteligente, de acordo com a situação.

Além de sua enorme, inestimável contribuição para a trajetória da Fundação FEAC, o Dr. Darcy, entre outras iniciativas na área social, foi um dos idealizadores e presidente por dois mandatos da APAE Campinas, organização de enorme relevância em políticas para as pessoas com deficiência na cidade. Foi também secretário municipal da Promoção Social, durante a primeira gestão do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, na década de 1980. Nesta sua

passagem pela Secretaria, foi consolidada, por exemplo, a Comissão Municipal do Idoso, antecessora do Conselho Municipal da Pessoa Idosa. O Dr. Darcy já estava atento aos desafios derivados do envelhecimento da população.

Ele sempre teve esse perfil, visionário, atento ao futuro. E sempre preocupado com a Educação, a plataforma por excelência de preparação do futuro. Foi professor universitário e vice-presidente da instituição mantenedora da PUC-Campinas. Na mesma instituição, representou a FEAC, então como presidente do Conselho Curador, na Comissão Própria de Avaliação (CPA).

O Dr. Darcy Paz de Pádua faria 100 anos no dia 16 de outubro de 2022. Mas parece que sua vida durou séculos, de tanto que fez. Um tributo de gratidão por sua enorme generosidade.



REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BAUMAN, Zygmunt. *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CASTELLS, Manuel. *A sociedade em rede*. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz & Terra, 2002.

DRUCKER, Peter. *Administração de organizações sem fins lucrativos*. São Paulo: Pioneira, 1994.

MARTINS, José Pedro Soares. *Campinas, vocação solidária*. Campinas: Fundação Educar DPaschoal, 2004.

MORIN, Edgar. *Introdução ao pensamento complexo*. 5. ed. Porto Alegre: Sulina, 2015.

MORIN, Edgar. *Os sete saberes necessários à educação do futuro*. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2018.

texto **José Pedro Soares Martins**

coordenação de projeto **Fundação Educar DPaschoal**

coordenação editorial **Rita Silva**

colaboração **Cristiane Stefanelli, Jair Resende, Jorge Santos, Larissa Campos, Kátia Camargo e Simone Santos**

ilustrações **Estúdio Pandora**

projeto gráfico, diagramação e capa **Mariana Rodrigues**

revisão **Sâmia Rios**

apoio **Fundação FEAC**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Martins, José Pedro Soares

FEAC e a reinvenção do social pela atuação em rede / José Pedro Soares Martins. -- 1. ed. --
Campinas, SP : Fundação Educar DPaschoal de Benemerência e Preservação da Cultura e Meio Ambiente, 2022.

ISBN 978-65-87284-07-1

1. Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC) - História I. Título.

22-125520

CDD-361.3098161

Índices para catálogo sistemático:

1. Federação das Entidades Assistenciais de Campinas : FEAC : Campinas : História 361.3098161

Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129

As fotografias das páginas 13, 16, 17, 18 e 34 são de autoria de Kátia Camargo; as das páginas 93, 95 e 106 são de autoria de Valéria Abras e todas as outras fotografias são de arquivo da Fundação FEAC, gentilmente cedidas para uso neste livro.

Este livro foi composto com as tipografias Quicksand e Masqualero, impresso em papel couché 170g/m² por gráfica Santa Edwiges. 1ª edição de 2023. Tiragem 300 exemplares.



Para conhecer
ainda mais sobre
a história da
Fundação FEAC,
aponte a câmera
do celular para o
QRCode e assista
a um vídeo muito
especial







“O momento que vivemos é um momento pleno de desafios. Mais do que nunca é preciso ter coragem, é preciso ter esperanças para enfrentar o presente. É preciso resistir e sonhar.”

Marilda Iamamoto

